SUMÁRIO

TITULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	5
Capítulo I – DA COMPOSIÇÃO E DA SEDE.....	5
Capítulo II – DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA.....	5
Seção I – Das reuniões preparatórias.....	5
Seção II – Da posse dos Vereadores.....	6
Seção III – Da eleição da Mesa Diretora.....	7
Seção IV – Da declaração de instalação.....	8
Capítulo III – DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA.....	9
TITULO II – DAS SESSÕES LEGISLATIVAS.....	9
Capítulo I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	9
Capítulo II – DAS REUNIÕES DA CÂMARA	10
Seção I – Disposições gerais.....	10
Seção II – Da reunião pública.....	11
Subseção I – Do transcurso da reunião.....	11
Subseção II – Do expediente inicial.....	13
Subseção III –Da ordem do dia.....	14
Subseção IV – Do uso da palavra por representação popular.....	14
Seção III – Da reunião secreta.....	15
Seção IV – Das atas.....	15
TÍTULO III – DOS VEREADORES.....	16
Capítulo I – DO EXERCÍCIO DO MANDATO.....	16
Capítulo II –DA VAGA, DA LICENÇA, DO AFASTAMENTO E DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO MANDATO.....	17
Capítulo III – DO DECORO PARLAMENTAR.....	20
Capítulo IV –DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE.....	22
Capítulo V – DOS SUBSÍDIOS E DA AJUDA DE CUSTO...	23

Capítulo VI – DAS LIDERANÇAS.....	25
Seção I – Da Bancada.....	25
Seção II – Dos Blocos Parlamentares.....	26
TITULO IV – DA MESA DA CÂMARA.....	27
Capítulo I – DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	27
Capítulo II – DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE.....	30
Capítulo III – DO SECRETÁRIO.....	33
Capítulo IV – DA POLÍCIA INTERNA.....	34
TITULO V – DAS COMISSÕES.....	35
Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	35
Capítulo II –DAS COMISSÕES PERMANENTES.....	37
Seção I – Da denominação e competência.....	37
Seção II – Da composição.....	39
Capítulo III– DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	40
Seção I –Disposições gerais.....	40
Seção II –Das Comissões Especiais.....	40
Seção III – Da Comissão Parlamentar de Inquérito.....	41
Seção IV – Da Comissão de Representação.....	42
Capítulo IV – DA VAGA NAS COMISSÕES.....	43
Capítulo V – DA PRESIDÊNCIA DE COMISSÃO.....	43
Capítulo VI – DA REUNIÃO DE COMISSÃO.....	46
Capítulo VII – DA REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES.....	47
Capítulo VIII – DA ORDEM DOS TRABALHOS.....	47
Capítulo IX – DO PARECER.....	50
Capítulo X – DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	51
Capítulo XI – DAS PETIÇÕES E REPRESENTAÇÕES POPULARES.....	51
Capítulo XII – DO ASSESSORAMENTO ÀS COMISSÕES..	52
TITULO VI – DO DEBATE E DA QUESTÃO DE ORDEM....	52
Capítulo I – DA ORDEM DOS DEBATES.....	52
Capítulo II – DA QUESTÃO DE ORDEM.....	55

TÍTULO VII – DO PROCESSO LEGISLATIVO.....	56
Capítulo I – DA PROPOSIÇÃO.....	56
Seção I – Disposições gerais.....	56
Seção II – Da distribuição de proposição.....	59
Seção III – Do Projeto.....	60
Subseção I – Disposições gerais.....	60
Subseção II – Do Projeto de Lei Ordinária.....	61
Subseção III – Do Projeto de Lei Complementar.....	62
Subseção IV – Do Projeto de Resolução.....	63
Subseção V – Do Projeto de Decreto Legislativo.....	63
Seção IV – Das proposições sujeitas aos procedimentos especiais.....	64
Subseção I – Da proposta de Emenda à Lei Orgânica.....	64
Subseção II – Dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual e de Crédito Adicional.....	66
Subseção III – Do projeto de iniciativa do Prefeito com solicitação de urgência.....	68
Seção V – Das matérias de natureza periódica.....	69
Subseção I – Dos projetos de fixação e alteração dos subsídios dos Agentes Políticos Municipais.....	69
Subseção II – Da prestação e tomada de contas.....	70
Seção VI – Do veto à proposição de lei.....	71
Seção VII – Da Delegação Legislativa.....	72
Seção VIII – Da Emenda e do Substitutivo.....	73
Seção IX – Do Requerimento.....	74
Subseção I – Disposições gerais.....	74
Subseção II – Dos requerimentos sujeitos a despacho do Presidente	74
Subseção III – Dos requerimentos sujeitos à deliberação do Plenário.....	76
Capítulo II – DA DISCUSSÃO.....	77
Seção I – Disposições gerais.....	77

Seção II – Do adiamento da discussão.....	77
Seção III – Do encerramento da discussão.....	78
Capítulo III – DA VOTAÇÃO.....	78
Seção I – Disposições gerais.....	78
Seção II – Do processo de votação.....	80
Seção III – Da verificação de votação.....	81
Seção IV – Do adiamento da votação.....	82
Capítulo IV – DA REDAÇÃO FINAL.....	82
Capítulo V – DAS PECULIARIDADES DO PROCESSO LEGISLATIVO.....	83
Seção I – Do regime de urgência.....	83
Seção II – Da preferência e do destaque.....	84
Seção III – Da prejudicialidade.....	86
Seção IV – Da retirada de proposição.....	86
TÍTULO VIII – REGRAS GERAIS DE PRAZO.....	87
TÍTULO IX – DA POSSE DO PREFEITO E DO VICE- PREFEITO.....	87
TÍTULO X – DO COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES	88
TÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....	89

RESOLUÇÃO Nº 05/2005

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Buenópolis.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I DA COMPOSIÇÃO E SEDE

Art. 1º A Câmara Municipal de Buenópolis é composta de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional de voto, como representantes do povo, com mandato de quatro anos.

Art. 2º A Câmara Municipal tem sua sede na cidade de Buenópolis, no Edifício da Municipalidade, situado na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 69.

Parágrafo único. Por motivo de conveniência pública e deliberação de dois terços dos membros da casa, pode a Câmara reunir-se, temporariamente, fora de sua sede.

Capítulo II DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA

Seção I Das Reuniões Preparatórias.

Art. 3º No início da Legislatura, independentemente de número, a Câmara reunir-se-á em Reuniões Preparatórias,

destinadas à posse de seus membros e eleição da Mesa Diretora.

§ 1º A primeira reunião preparatória, que independe de convocação, é realizada no dia primeiro de janeiro, às 10 dez horas, presidida pelo mais votado dos Vereadores presentes, o qual, após declará-la aberta, convidará outro para Secretário.

§ 2º O Vereador mais votado exercerá a presidência até que se eleja a Mesa Diretora da Câmara.

Seção II

Da Posse dos Vereadores

Art. 4º Instalada a reunião preparatória, nos termos do artigo anterior, o Presidente verificará a autenticidade dos diplomas e, de pé, no que será acompanhado pelos presentes, prestará o seguinte compromisso: "Prometo defender e cumprir as Constituições, a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar o mandato a mim confiado e trabalhar para o progresso do Município e bem-estar de seu povo".

§ 1º Em seguida será feita, pelo Secretário, a chamada dos Vereadores e, cada um, ao ser proferido o seu nome, responderá "ASSIM O PROMETO".

§ 2º O compromissando não poderá, no ato da posse, apresentar declaração oral ou escrita, ou ser representado por procurador.

§ 3º O Vereador que comparecer posteriormente será conduzido ao recinto do Plenário por dois Vereadores quando prestará o compromisso de posse.

§ 4º No ato da posse e no término do mandato, o Vereador deverá apresentar declaração dos seus bens que será transcrita em livro próprio, devendo as alterações na relação de bens serem apresentadas no curso do mandato.

Art. 5º O Vereador que não tomar posse na reunião prevista no artigo anterior deverá fazê-lo no prazo de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Seção III **Da Eleição da Mesa Diretora**

Art. 6º A eleição da Mesa será realizada em seguida à posse dos Vereadores.

Parágrafo único. A composição da Mesa atenderá, tanto quanto possível, à representação proporcional dos partidos com assento na Câmara.

Art. 7º A eleição da Mesa e o preenchimento de vaga nela verificada são feitos por escrutínio secreto observadas as seguintes exigências e formalidades:

I – registro individual ou por chapa, até duas horas antes de iniciada a reunião;

II – presença da maioria absoluta;

III – composição da Mesa pelo Presidente, com designação de um Secretário e um Escrutinador;

IV – cédula única impressa ou datilografada, distribuída e rubricada pela Mesa, contendo os nomes dos candidatos e os respectivos cargos;

V – chamada para votação;

VI – abertura da urna, retirada e conferência das cédulas pelo Escrutinador;

VII – leitura do voto pelo Escrutinador e sua anotação pelo Secretário;

VIII – invalidação da cédula que não atenda o disposto no inciso IV;

VIII – redação, pelo Secretário, e leitura, pelo Presidente, do boletim com o resultado de cada eleição, na ordem crescente dos cargos;

IX – eleição do candidato mais idoso, em caso de empate;

X – proclamação, pelo Presidente, dos eleitos;

XI – posse imediata dos eleitos.

Art. 8º Se o Presidente da reunião for eleito Presidente da Câmara, o Vice-Presidente, já investido, dar-lhe-á posse.

Art. 9º A eleição da Mesa da Câmara será comunicada às altas autoridades estaduais e municipais.

Art. 10. A eleição da Mesa para o segundo biênio realizar-se-á, em reunião ordinária, na primeira quinzena de dezembro da sessão legislativa.

Art. 11. Ocorrendo vaga na Mesa, seu preenchimento far-se-á por eleição, dentro de dez dias, como primeiro ato da Ordem do dia.

Art. 12. Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições.

Seção IV **Da Declaração de Instalação**

Art. 13. Em seguida à posse dos membros da Mesa da Câmara, o Presidente, de forma solene e de pé, no que será acompanhado pelos presentes, declarará instalada a Legislatura.

Capítulo III DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA

Art. 14. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no artigo seguinte, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente as de que trata o artigo 18 da Lei Orgânica do Município.

Art. 15. Compete, privativamente, à Câmara Municipal exercer, dentre outras, as atribuições previstas no artigo 19, da Lei Orgânica Municipal.

TITULO II DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. A Sessão Legislativa da Câmara é:

I – ordinária, a que, independentemente de convocação, se realiza nos dois períodos de funcionamento da Câmara, em cada ano, de primeiro de fevereiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a trinta e um de dezembro de cada ano;

II – extraordinária, a que se realiza em período diverso do fixado no inciso anterior.

Art. 17. A Sessão Legislativa Ordinária não será interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias nem encerrada sem aprovação do Projeto de Lei do Orçamento anual.

Art. 18. A convocação de Sessão Legislativa Extraordinária da Câmara será feita:

I – pelo Prefeito Municipal, em caso de urgência ou interesse público relevante;

II – pelo Presidente da Câmara Municipal; ou

III – a requerimento da maioria absoluta de seus membros, em caso de urgência ou interesse público relevante.

Parágrafo único. Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual tenha sido convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao do subsídio mensal.

Capítulo II DAS REUNIÕES DA CÂMARA

Seção I Disposições gerais

Art. 19. As Reuniões da Câmara são:

I – Preparatórias, as que precedem a instalação da Legislatura;

II – Ordinárias, as que se realizam na primeira e na terceira quinta-feira do mês, durante qualquer Sessão Legislativa, com início às dezoito horas; (inciso alterado por Resolução nº 02/2008).

III – Extraordinárias, as que se realizam em horário ou dia diversos dos fixados para as Ordinárias.

IV – Solenes, as que se destinam à instalação da Legislatura, as de posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores e as que se realizam para comemorações e homenagens.

§ 1º As reuniões solenes, convocadas pelo Presidente, de ofício ou a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, poderão ser realizadas com qualquer número.

§ 2º A convocação para reuniões extraordinárias determinará o dia e hora dos trabalhos e a matéria a ser considerada.

§ 3º As reuniões são públicas, podendo ser secretas, nos termos deste Regimento, e serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em feriado.

§ 4º As faltas às reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara são justificadas:

I – por motivo de doença, mediante atestado médico;

II – por convocação da Justiça, mediante comprovação;

III - para prestar depoimento em inquéritos policiais, mediante comprovação;

IV – para acompanhamento a pessoa da família para tratamento de saúde, com a devida comprovação;

V – para doação de sangue;

VI – por motivo de luto;

VII – para desempenho de atividades em missão oficial.

§ 5º Ressalvados os motivos previstos no parágrafo anterior, será descontado do subsídio do Vereador o correspondente às reuniões ordinárias a que houver faltado, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para cada reunião faltosa.

Seção II **Da reunião pública**

Subseção I **Do transcurso da reunião**

Art. 20. A reunião ordinária desenvolve-se do seguinte modo:

I – Primeira parte - Expediente

a) abertura;

- b) leitura, discussão e apreciação da ata da reunião anterior;
- c) leitura das correspondências;
- d) apresentação, sem discussão, de proposições;
- e) fala dos oradores inscritos para explicação pessoal ou para exposição de assunto de interesse público.

II – Segunda parte – Ordem do dia

- a) leitura de pareceres;
- b) discussão e votação de proposições;
- c) discussão e votação de proposta de emenda à Lei Orgânica;
- d) discussão e votação de proposições vetadas;
- e) discussão e votação de projetos de lei, de resolução e de decreto legislativo;
- f) pareceres de redação final;
- g) uso da palavra por representação popular.

Art. 21. A reunião extraordinária desenvolve-se do seguinte modo:

- I – Primeira parte - Leitura e aprovação da ata;
- II – Segunda parte - Ordem do dia.

Art. 22. Esgotada a matéria destinada a uma parte, passa-se à parte seguinte.

Art. 23. Iniciada a reunião, os membros da Mesa e os demais Vereadores ocuparão seus lugares quando se registrarão as respectivas presenças, em livro próprio.

§ 1º Verificada a presença de um terço dos membros da Câmara, o Presidente declarará aberta a reunião, pronunciando as seguintes palavras: “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS E EM NOME DO POVO BUENOPOLENSE, INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS”.

§ 2º Não havendo número regimental para abertura da reunião, o Presidente poderá aguardar, pelo prazo de quinze minutos, a partir da hora prevista para seu início, que o *quorum* se complete.

§ 3º Inexistindo *quorum* de votação o Presidente anunciará a próxima ordem do dia, encerrando-se os trabalhos, cabendo ao Secretário distribuir a correspondência e dar a ela publicidade.

Subseção II **Do expediente inicial**

Art. 24. Abertos os trabalhos, o Secretário fará a leitura da ata da reunião anterior que será submetida a discussão e, se não for impugnada, será considerada aprovada, independentemente de votação, ressalvada eventual retificação.

§ 1º Para retificar a ata, o Vereador fará uso da palavra por até cinco minutos, cabendo ao Secretário os esclarecimentos que entender convenientes.

§ 2º A retificação tida como procedente será consignada na ata seguinte.

Art. 25. Aprovada a ata, o Secretário fará leitura, na íntegra, de correspondências recebidas de autoridades e, em resumo, das demais, distribuindo-as.

Art. 26. Cumprido o disposto no artigo anterior serão recebidas as proposições e concedida a palavra aos oradores inscritos.

§ 1º Para justificar proposição de sua autoria, falar sobre assunto de interesse geral, fazer comunicação de acontecimento relevante, terá o Vereador, previamente

inscrito, o prazo de até vinte minutos, prorrogável, por decisão da Mesa, em razão da relevância do assunto.

§ 2º O Vereador poderá fazer comunicação por escrito, bem como encaminhar à Mesa as proposições que não tiverem sido lidas.

Subseção III Da ordem do dia

Art. 27. A ordem do dia é preparada e distribuída antes do início da reunião e não poderá ser interrompida, salvo para posse de Vereador.

Art. 28. A alteração da ordem do dia, a requerimento, dar-se-á nos seguintes casos:

- I – preferência;
- II – adiamento;
- III – retirada de proposição;
- IV – inversão da pauta.

Subseção IV Do uso da palavra por representação popular

Art. 29. O uso da palavra por representação popular na Tribuna da Câmara, durante as reuniões, nos termos do artigo 56 e seu parágrafo único da Lei Orgânica Municipal, será permitido a qualquer cidadão ou representante de entidades, pelo prazo de até vinte minutos, para opinar sobre projetos em pauta, durante a sua primeira discussão, ou para tratar de qualquer assunto comunitário.

§ 1º O interessado deverá fazer inscrição prévia junto a Mesa da Câmara indicando o tema sobre o qual falará.

§ 2º O uso da palavra limitar-se-á à matéria constante da pauta da reunião e será especificada por ocasião da inscrição.

§ 3º Enquanto no Plenário, o usuário da palavra sujeitar-se-á às normas deste Regimento que regulam os debates e a questão de ordem.

Seção III **Da reunião secreta**

Art. 30. Será secreta a reunião, ou parte desta, em que se deliberar sobre as matérias de que trata o art. 230, ressalvados os incisos I, III, IV, VI e VII.

§ 1º O Presidente da Câmara fará sair do Plenário e das dependências as pessoas estranhas aos trabalhos, inclusive os servidores da Câmara Municipal.

§ 2º Se a reunião secreta tiver de interromper a pública, será esta suspensa para as providências do parágrafo anterior.

§ 3º Antes de encerrada a reunião o Presidente submeterá à votação se permanecerão secretos ou constarão da ata pública a matéria, os debates havidos e a decisão tomada.

§ 4º O Vereador poderá reduzir a escrito o seu pronunciamento que será arquivado com os documentos referentes à reunião.

Seção IV **Das atas**

Art. 31. Da reunião lavrar-se-á ata contendo descrição resumida dos trabalhos.

Parágrafo único. O Vereador poderá inserir na Ata as razões de seu voto redigidas em termos concisos.

Art. 32. A ata de reunião secreta será redigida pelo Secretário, apreciada e assinada pelo Plenário antes do encerramento da reunião e fechada com lacre em invólucro datado e rubricado pelo Presidente e pelo Secretário.

Art. 33. A ata da última reunião da Legislatura será submetida à apreciação do Plenário antes de encerrar os trabalhos, presente qualquer número de Vereadores.

Art. 34. Não se realizando reunião por falta de *quorum*, será registrada a ocorrência, com menção dos nomes dos Vereadores presentes, ausentes e da correspondência despachada.

TÍTULO III DOS VEREADORES

Capítulo I DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Art. 35. São direitos do Vereador, uma vez empossado:

I – integrar o Plenário e as Comissões, tomar parte nas reuniões e nelas votar e ser votado;

II – oferecer proposições, discutir e deliberar sobre matéria em tramitação;

III – encaminhar através da Mesa da Câmara pedido escrito de informação;

IV – usar da palavra pedindo-a previamente ao Presidente da Câmara ou da Comissão;

V – examinar documentos existentes no arquivo da Câmara;

VI – requisitar das autoridades, por intermédio da Mesa ou diretamente, providências para garantia de suas imunidades;

VII – utilizar-se dos serviços da Câmara para fins relacionados ao exercício do mandato;

VIII – retirar, mediante recibo, documentos ou livros do arquivo da Câmara.

Parágrafo único. O Vereador não poderá presidir os trabalhos da Câmara ou de Comissão, nem ser designado Relator quando se estiver discutindo ou votando assunto de seu interesse pessoal ou quando se tratar de proposição de sua autoria.

Art. 36. O Vereador é inviolável no exercício do mandato e na circunscrição do município por suas opiniões, palavras e voto.

Capítulo II

DA VAGA, DA LICENÇA, DO AFASTAMENTO E DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Art. 37. A vaga na Câmara Municipal verificar-se-á por falecimento, renúncia ou perda de mandato.

Art. 38. A renúncia ao mandato deve ser manifestada por escrito ao Presidente da Câmara e tornar-se-á efetiva e irretratável depois de lida e publicada.

Art. 39. Considera-se haver renunciado:

I – o Vereador que não prestar compromisso na forma e no prazo previsto neste Regimento;

II – o Suplente que, convocado, não entrar no exercício do mandato nos termos deste Regimento;

Parágrafo único. A ocorrência de vaga será declarada pelo Presidente da Câmara, em Plenário, durante reunião, ou durante o recesso mediante ato público no painel de publicações do Legislativo.

Art. 40. Perderá o mandato o Vereador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo 26 da Lei Orgânica do Município;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das reuniões ordinárias, salvo licença ou missão autorizada pela Câmara Municipal;

IV – que deixar de comparecer, no período legislativo ordinário, a cinco sessões extraordinárias, salvo nos casos previstos no inciso anterior;

V – que perder ou tiver suspensos seus direitos políticos;

VI – quando decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VII – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VIII – que deixar de residir no Município;

IX – que deixar de tomar posse sem motivo justificado dentro do prazo estabelecido na Lei Orgânica;

X – que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.

§ 1º Nos casos dos incisos I, II, VII, VIII e X deste artigo, a perda de mandato será decidida pela Câmara Municipal por voto secreto e maioria de seus membros, por provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

§ 2º Nos incisos III, IV, V, VI, e IX deste artigo, a perda de mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício

ou por provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos a que se refere o § 1º, a representação será encaminhada à Comissão de Legislação Justiça e Redação, observadas as seguintes normas:

I – será recebida e processada na Comissão, fornecida a respectiva cópia ao Vereador, que terá prazo de dez dias para apresentar defesa escrita e apresentar provas;

II – não oferecida a defesa, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para fazê-lo em prazo igual ao estabelecido no inciso anterior;

III – oferecida a defesa, a Comissão, no prazo de cinco dias, procederá à instrução probatória e proferirá parecer concluindo pela apresentação de projeto de resolução, que disponha sobre a perda do mandato, procedente a representação, ou pelo arquivamento desta;

IV – o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação será encaminhado à Mesa da Câmara, distribuído por cópia e incluído em ordem do dia.

§ 4º No caso de incapacidade civil absoluta, a suspensão do exercício do mandato não implica perda da remuneração.

Art. 41. Será dada licença ao Vereador:

I – por motivos médicos devidamente comprovados;

II – para tratar de interesse particular, sem remuneração, desde que, neste caso, o período de licença não seja superior a cento e vinte dias por Sessão Legislativa;

III – para desempenhar missão de interesse do Município, por prazo não superior a 30 (trinta) dias.

§ 1º A licença depende de requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Câmara, lido na reunião seguinte à de seu recebimento.

§ 2º A licença será concedida pelo Presidente de ofício, exceto na hipótese dos incisos II e III, quando a decisão caberá ao Plenário.

§ 3º Para se afastar do território nacional, o Vereador dará prévia ciência à Câmara, por intermédio do Presidente, indicando a natureza e a duração do afastamento.

§ 4º Poderá o Vereador reassumir antes que se tenha escoado o prazo de sua licença.

§ 5º Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos do inciso I.

§ 6º O afastamento para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município, cujo prazo não será superior a trinta dias, não será considerado como licença, fazendo o Vereador, jus ao subsídio estabelecido.

Art. 42. Ao se afastar do exercício do mandato para ser investido no cargo de Secretário Municipal ou função equivalente, bem como ao reassumir suas funções, o Vereador deverá fazer comunicação escrita à Mesa da Câmara.

Parágrafo único. No caso do afastamento de que trata este artigo, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato da vereança.

Capítulo III DO DECORO PARLAMENTAR

Art. 43. O Vereador que descumprir os deveres decorrentes do mandato, ou praticar ato que afete a dignidade da investidura, estará sujeito a processo e a penalidade previstos neste Regimento.

§ 1º Constituem penalidades:

I – censura;

II – impedimento temporário do exercício do mandato, não excedente a trinta dias;

III – perda do mandato.

§ 2º Considera-se atentatório ao decoro parlamentar o uso, em discurso ou proposição, de expressões que configurem violação dos direitos constitucionais.

§ 3º É incompatível com o decoro parlamentar:

I – o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas ao Vereador;

II – a percepção de vantagens indevidas;

III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes;

IV – a prática de ofensa à imagem da instituição, à honra ou à dignidade de seus membros.

Art. 44. A censura será verbal ou escrita.

§ 1º A censura verbal é aplicada em reunião pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, ao Vereador que:

I – deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres decorrentes do mandato ou os preceitos deste Regimento;

II – perturbar a ordem ou praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta no recinto da Câmara ou em suas demais dependências.

§ 2º A censura escrita será imposta pela Mesa da Câmara ao Vereador que:

I – reincidir nas hipóteses previstas no parágrafo anterior;

II – usar em discurso ou proposição expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

III – praticar ofensas físicas ou morais em dependências da Câmara ou desacatar, por atos ou palavras, outro Vereador, a Mesa ou Comissão e respectivas Presidências ou o Plenário.

Art. 45. Considera-se incurso na sanção de impedimento temporário do exercício do mandato o Vereador que:

I – reincidir nas hipóteses previstas no § 2º do artigo anterior;

II – praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento;

III – revelar conteúdo de debates ou deliberações que devam ficar secretos, por decisão da Câmara ou de Comissão;

IV – revelar informação ou conteúdo de documento oficial de caráter sigiloso de que tenha tido conhecimento.

Parágrafo único. Nos casos indicados neste artigo, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto por maioria simples, assegurada ao infrator ampla defesa .

Capítulo IV DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE

Art. 46. O Presidente, no prazo de até dez dias, convocará o suplente de Vereador, que deverá tomar posse no prazo de até quinze dias, nos casos de:

I – ocorrência de vaga;

II – investidura do titular na função de Secretário Municipal ou função equivalente;

III – licença para tratamento de saúde do titular por prazo superior a 60 (sessenta) dias, vedada a soma de períodos de licença e de suas prorrogações;

IV – qualquer outra licença concedida por prazo superior a 60 (sessenta) dias;

V – não-apresentação do titular à posse no prazo regimental.

Art. 47. O suplente de Vereador, quando convocado em caráter de substituição, não poderá ser eleito para os cargos da Mesa, nem para os de Presidente de Comissão.

Capítulo V DOS SUBSÍDIOS E DA AJUDA DE CUSTO

Art. 48. O subsídio dos agentes políticos do Município será fixado pela Câmara Municipal, no último exercício da Legislatura, antes das eleições municipais, para vigorar na Legislatura subsequente.

§ 1º Subsídio, para os efeitos desta Resolução, é o valor financeiro único e mensal, de retribuição pelo efetivo exercício do cargo ou função de que seja titular agente político do Município.

§ 2º Na hipótese de a Câmara Municipal deixar de exercer a competência de que trata esse artigo, ficarão mantidos, na Legislatura subsequente, os critérios de remuneração vigentes em dezembro do último exercício da Legislatura anterior, admitida apenas a atualização dos valores.

Art. 49. O subsídio a que se refere o artigo anterior será regido pelo Art. 29, incisos VI e VII e Art. 29A, em relação ao Vereador; pelo Art. 29, inciso V e Art. 37, inciso X, em relação ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário Municipal; e, relativamente a todos, pelos arts. 37, inciso XI; 39, § 4º; 150, II; 153, III e 153, § 2º, inciso I, todos da Constituição da República; pelo Art. 179, parágrafo único da Constituição do Estado de Minas Gerais e por esta Resolução.

Art. 50. Os agentes políticos serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono,

prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, X e XI da Constituição da República.

Art. 51. A título de verba indenizatória, os agentes políticos municipais, observados os critérios constantes de lei ou resolução, farão jus:

I – à percepção de diárias, destinadas à cobertura de despesas com transporte, alimentação e pousada, no caso de deslocamento do Município, a serviço deste ou para participar de evento relacionado com o aperfeiçoamento do agente político;

II – à percepção de valor financeiro pela participação em sessão extraordinária no período regimentalmente de recesso, correspondente, por reunião extraordinária efetivamente realizada, até o máximo de 2 (duas), vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao do subsídio mensal;

III – à percepção de gratificação natalina correspondente a 100% (cem por cento) do subsídio mensal do agente político.

Art. 52. O subsídio dos Vereadores terá como limite máximo o percentual do subsídio do Deputado Estadual, previsto no Art. 29, VI, da Constituição da República, para a faixa de população em que se situe o Município de Buenópolis.

Art. 53. O total da despesa com o subsídio dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município, conforme disposto no Art. 29, VII, da Constituição da República.

Capítulo VI DAS LIDERANÇAS

Seção I Da bancada

Art. 54. Bancada é a representação legislativa de um partido.

Art. 55. Líder é o porta-voz da respectiva Bancada e o intermediário entre esta e os órgãos da Câmara.

Art. 56. Cada Bancada indicará à Mesa da Câmara, até cinco dias após o início da Sessão Legislativa Ordinária, o nome de seu líder, escolhido em reunião por ela realizada para este fim.

§ 1º A indicação de que trata este artigo será formalizada por ofício assinado pela maioria de seus membros.

§ 2º Enquanto não for feita a indicação, considerar-se-á Líder o Vereador mais idoso.

§ 3º Cada Líder indicará seu Vice-Líder.

Art. 57. Haverá Líder do Prefeito se este o indicar à Mesa da Câmara.

Art. 58. Além de outras atribuições regimentais, cabe ao Líder:

I – inscrever membros da Bancada para falar no horário próprio;

II – indicar à Mesa membros da Bancada para compor as Comissões, dando a cada um o seu suplente;

Art. 59. Será facultado a qualquer dos Líderes em caráter excepcional, usar da palavra pelo tempo que o Presidente da Câmara prefixar, a fim de tratar de assunto relevante e urgente ou responder a crítica dirigida à Bancada a que pertença.

Parágrafo único. Quando o Líder não puder ocupar a tribuna, poderá transferir a palavra ao Vice-Líder ou a qualquer de seus liderados.

Art. 60. Não poderá exercer a função de Líder e Vice-Líder o Presidente da Câmara Municipal.

Seção II

Dos Blocos Parlamentares

Art. 61. É facultado às representações partidárias, por decisão da maioria de seus membros, constituir Bloco Parlamentar, sob liderança comum, vedada a participação do Vereador em mais de um Bloco.

§ 1º A constituição de Bloco Parlamentar e as alterações nele verificadas serão comunicadas à Mesa da Câmara, para registro e publicação.

§ 2º O Bloco Parlamentar terá o tratamento dispensado às Bancadas.

§ 3º A escolha do Líder será comunicada à Mesa da Câmara, até 5 (cinco) dias após a constituição do Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos membros.

§ 4º - As lideranças de bancadas coligadas em Bloco Parlamentar têm suspensas suas atribuições, direitos e prerrogativas legais e regimentais.

§ 5º O Bloco Parlamentar tem existência por Sessão Legislativa Ordinária e persiste durante a convocação extraordinária da Câmara Municipal.

§ 6º Dissolvido o Bloco Parlamentar ou modificada a sua composição numérica, será revista a participação das representações partidárias ou dos blocos nas Comissões, para o fim de redistribuição de lugares, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.

§ 7º A representação partidária que se tenha desvinculado de Bloco Parlamentar ou a que tenha integrado Bloco posteriormente dissolvido não poderá participar de outro na mesma Sessão Legislativa Ordinária.

Art. 62. O Vereador sem filiação partidária não poderá candidatar-se à eleição para cargo da Mesa da Câmara, nem ser designado membro de Comissão.

TITULO IV DA MESA DA CÂMARA

Capítulo I DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 63. À Mesa da Câmara incumbe a direção dos seus trabalhos.

Art. 64. A Mesa é composta do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário os quais se substituirão nessa ordem.

Parágrafo único. O Secretário em suas faltas, ausências ou impedimentos será substituído, sob a designação de Secretário “ad hoc”, por um dos Vereadores presentes, designado pelo Presidente da Câmara.

Art. 65. O mandato da Mesa será de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente

Parágrafo único. A eleição para renovação de Mesa Diretora dar-se-á na última quinzena de dezembro, considerando-se empossada no dia 1º de janeiro do ano seguinte.

Art. 66. Os membros da Mesa, à exceção do Presidente, poderão ser indicados líderes e fazer parte de Comissões.

Art. 67. À Mesa da Câmara compete, privativamente, além das estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, as seguintes atribuições:

I – dirigir os trabalhos e tomar as providências necessárias à sua regularidade;

II – promulgar as emendas à Lei Orgânica, as Resoluções e os Decretos Legislativos;

III – dar conhecimento à Câmara, na última reunião ordinária da Sessão Legislativa, do relatório de suas atividades;

IV – autorizar despesas dentro da previsão orçamentária;

V – orientar os serviços administrativos da Câmara, interpretar o Regimento e decidir, em grau de recurso, as matérias relativas aos direitos e deveres dos servidores;

VI – contratar, nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licença, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir os servidores da Câmara, nos termos da Lei;

VII - apresentar Projetos que visem a:

a) fixar o subsídio do Vereador, obedecidos os critérios estabelecidos na Lei Orgânica;

b) fixar o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, obedecidos os critérios estabelecidos na Lei Orgânica;

c) dispor sobre o Regulamento Geral da Câmara, sua organização, seu funcionamento e sua polícia, bem como suas alterações;

d) dispor sobre criação, transformação ou extinção de cargo, emprego ou função, plano de carreiras, regime jurídico dos servidores da Câmara e fixação da respectiva remuneração, observadas as determinações legais;

e) conceder licença ao Prefeito para interromper o exercício de suas funções;

f) conceder licença ao Prefeito para se ausentar do Município, por mais de quinze dias consecutivos;

g) dispor sobre a mudança temporária da sede da Câmara Municipal;

h) solicitar a intervenção do Estado no Município;

VIII – emitir parecer sobre:

a) a matéria de que trata o inciso anterior;

b) matéria regimental;

c) requerimento de inserção, nos Anais da Câmara, de documentos e pronunciamentos não oficiais;

d) requerimento de informações às autoridades municipais, somente o admitindo quanto a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite, ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Câmara;

e) constituição de Comissão de Representação que importe ônus para a Câmara;

IX – declarar a perda de mandato de Vereador nos casos previstos nos incisos III, IV, V, VI e IX do art. 40, deste Regimento;

X – aplicar a penalidade de censura escrita a Vereador consoante o § 2º do artigo 44, deste Regimento;

XI – aprovar a proposta de orçamento anual da Câmara e encaminhá-la ao Poder Executivo;

XII – encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado a prestação de contas da Câmara, referente a cada exercício financeiro;

XIII – publicar nos prazos legais relatórios e demonstrativos exigidos pela legislação;

XIV – autorizar a aplicação de disponibilidades financeiras da Câmara, mediante depósito em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 68. A Mesa da Câmara, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereador ou Comissão, exercerá a competência prevista no artigo 118 da Constituição do Estado e art. 33, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

Capítulo II DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

Art. 69. A Presidência é o órgão representativo da Câmara Municipal e responsável pela direção dos trabalhos institucionais e por sua ordem.

Art. 70. Compete ao Presidente, além de outras atribuições.

I – abrir, presidir e encerrar as reuniões da Câmara Municipal;

II – fazer ler as atas, pelo Secretário, e assiná-las, depois de aprovadas;

III – fazer ler a correspondência pelo Secretário;

IV – anunciar o número de Vereadores presentes;

V – autenticar, juntamente com o Secretário, a lista de presença dos Vereadores;

VI – organizar e anunciar a ordem do dia, podendo ouvir as lideranças;

- VII – determinar a retirada de proposição da ordem do dia;
- VIII – submeter à discussão e votação a matéria em pauta;
- IX – anunciar o resultado da votação;
- X – decidir sobre os requerimentos sujeitos ao seu despacho;
- XI – determinar a anexação, o arquivamento ou o desarquivamento de proposição;
- XII – declarar a prejudicialidade de proposição;
- XIII – decidir questão de ordem;
- XIV – prorrogar, de ofício, o horário de reunião;
- XV – convocar reuniões da Câmara;
- XVI – determinar a publicação dos trabalhos da Câmara;
- XVII – designar os membros das Comissões e seus substitutos;
- XVIII – declarar a perda da qualidade de membro de Comissão por motivo de falta;
- XIX – distribuir matérias às Comissões;
- XX – constituir Comissões de Representação;
- XXI – decidir sobre recurso de decisão de questão de ordem argüida em Comissão;
- XXII – presidir as reuniões da Câmara, com direito a voto, nos casos previstos neste Regimento;
- XXIII – dar posse aos Vereadores;
- XXIV – conceder licença a Vereador nos casos previstos no art. 41, deste Regimento;
- XXV – promulgar:
 - a) Resoluções, Decretos Legislativos e Emendas à Lei Orgânica Municipal;
 - b) a lei resultante de sanção tácita, transcorrido o prazo previsto no § 8º do art. 60 da Lei Orgânica;

c) a lei ou disposição legal resultante de rejeição de veto, transcorrido o prazo do § 8º do art. 60 da Lei Orgânica;
XXVI – assinar a correspondência oficial da Câmara;
XXVII – encaminhar à autoridade competente as conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito;
XXVIII – encaminhar e retirar pedidos de informação;
XXIX – exercer o Governo do Município nos casos previstos nos art. 72, § 2º e 73 da Lei Orgânica Municipal;
XXX – zelar pelo prestígio e pela dignidade da Câmara, pelo respeito às prerrogativas de seus membros e pelo decoro parlamentar.

Art. 71. Ao Presidente, como fiscal da ordem, compete tomar as providências necessárias ao funcionamento normal das reuniões, especialmente:

I – fazer observar as leis e este Regimento;

II – recusar proposição que não atenda as exigências constitucionais, da Lei Orgânica ou Regimentais;

III – interromper o orador que se desviar do ponto em discussão, que faltar à consideração para com a Câmara, sua Mesa, suas Comissões ou algum de seus membros e, em geral, para com representantes do Poder Público, chamando-o à ordem ou retirando-lhe a palavra:

IV – convidar o Vereador a retirar-se do recinto do Plenário quando perturbar a ordem;

V – aplicar censura verbal ao Vereador;

VI – chamar a atenção do Vereador, ao esgotar-se o prazo de sua permanência na Tribuna;

VII – não permitir a publicação de expressões veadas por este Regimento;

VIII – suspender a reunião, ou fazer retirar assistentes, se as circunstâncias o exigirem.

Art. 72. Somente na qualidade de membro da Mesa da Câmara, poderá o Presidente oferecer proposição, sendo-lhe facultado tomar parte na discussão de qualquer assunto, desde que passe a Presidência a seu substituto.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara ou quem o substituir somente manifestará o seu voto nas seguintes hipóteses:

I – na eleição da Mesa;

II – quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;

III – quando ocorrer empate em qualquer votação do Plenário.

Art. 73. Na ausência ou no impedimento do Presidente, o Vice-Presidente o substituirá e, na falta deste, o Secretário.

Parágrafo único. Na ausência ou no impedimento dos membros da Mesa, observar-se-á o disposto no art. 64, deste Regimento.

Capítulo III DO SECRETÁRIO

Art. 74. Compete ao Secretário:

I – inspecionar os trabalhos da Câmara e fiscalizar-lhe as despesas;

II – ler, na íntegra, os ofícios das altas autoridades e as proposições para discussão ou votação, bem como, em resumo, qualquer outro documento;

III – receber a correspondência destinada à Câmara;

IV – fazer correspondência oficial da Câmara assinando a não atribuída ao Presidente;

V – formalizar, em despacho, a distribuição de matérias às Comissões;

VI – assinar, depois do Presidente, as proposições de lei, bem como as leis, as resoluções, os decretos e as emendas à Lei Orgânica que este promulgar;

VII – proceder a contagem dos Vereadores, em verificação de votação;

VIII – providenciar a entrega, em tempo, das cópias aos Vereadores;

IX – anotar os resultados das votações;

X – autenticar, junto com o Presidente, a lista de presença dos Vereadores;

XI – fiscalizar a redação das atas e proceder à sua leitura no Plenário;

XII – redigir as atas das reuniões secretas.

Capítulo IV DA POLÍCIA INTERNA

Art. 75. O policiamento do Edifício Sede da Câmara e de suas dependências compete privativamente à Mesa.

Art. 76. É proibido o porte de arma em recinto da Câmara, a qualquer cidadão, inclusive Vereador.

Art. 77. Será permitido a qualquer pessoa, decentemente trajada, ingressar e permanecer no Edifício da Câmara e assistir às reuniões do Plenário e às das Comissões.

Art. 78. Durante as reuniões, somente serão admitidos no Plenário os Vereadores e os Funcionários da Câmara em serviço, no apoio ao processo legislativo, não sendo permitidos, no recinto, conversações que perturbem os trabalhos ou atitudes que comprometam a solenidade da reunião, a ordem e o respeito.

TITULO V DAS COMISSÕES

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 79. As Comissões da Câmara são:

I – permanentes, as que subsistem nas Legislaturas;

II – temporárias, as que se extinguem com o término da Legislatura ou antes dela, se atingido o fim para que foram criadas ou findo o prazo estipulado para o seu funcionamento.

Art. 80. Os membros das Comissões são designados pelo Presidente da Câmara, por indicação dos líderes das bancadas ou dos blocos parlamentares.

§ 1º O número de suplentes nas Comissões é igual ao de efetivos.

§ 2º O membro efetivo será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo suplente.

Art. 81. Na constituição das Comissões é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional das bancadas ou dos blocos parlamentares representados na Câmara Municipal.

Art. 82. O Vereador que não seja membro da Comissão poderá participar das discussões, sem direito a voto.

Art. 83. Às Comissões, em razão da matéria de sua competência ou da finalidade de sua constituição, cabe:

I – discutir e votar proposições;

II – apreciar os assuntos e proposições submetidos ao seu exame e sobre eles emitir parecer;

III – iniciar o processo legislativo;

IV – realizar inquérito;

V – realizar audiência pública com entidades da sociedade civil;

VI – realizar audiência pública em regiões do Município, para subsidiar o processo legislativo, observada a disponibilidade orçamentária;

VII – convocar Secretários Municipais ou ocupantes de cargos equivalentes para prestar, pessoalmente, informação sobre assunto previamente determinado, sob pena de responsabilidade, no caso de ausência injustificada;

VIII – encaminhar, através da Mesa da Câmara, pedido escrito de informação a Secretários Municipais e cargos equivalentes, a dirigentes de entidade da administração e a outras autoridades municipais;

IX – receber petição, reclamação, representação ou queixa de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública;

X – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

XI – apreciar plano de desenvolvimento e programa de obras do Município e acompanhar sua implantação;

XII – exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades administrativas dos Poderes do Município, das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo município, e das empresas de cujo capital social o Município participe;

XIII – determinar a realização de diligências, perícias, inspeções e auditorias nas entidades indicadas no inciso anterior;

XIV – exercer a fiscalização e o controle dos atos da administração pública, propondo a sustação daqueles que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação

legislativa, elaborando o respectivo projeto de decreto legislativo;

XV – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, exposições, seminários ou eventos congêneres;

XVI – realizar, de ofício ou a requerimento, audiências com órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta e da Sociedade Civil, para elucidação de matéria sujeita a seu parecer ou decisão, ou solicitar colaboração ou informação para a mesma finalidade, não implicando a diligência dilação dos prazos.

Parágrafo único. As atribuições contidas nos incisos III, VIII, XIV e XVI não excluem a iniciativa concorrente de Vereador.

Capítulo II **DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Seção I **Da Denominação e Competência**

Art. 84. São as seguintes as Comissões Permanentes:

I – Legislação, Justiça e Redação;

II – Finanças, Orçamento e Tomada de Contas;

III – Assuntos Municipais.

Art. 85. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida na sua denominação, incumbindo, especificamente:

I – à Comissão de Legislação, Justiça e Redação:

a) os aspectos jurídico, constitucional e legal das proposições;

b) representação que vise à perda de mandato de Vereador, nos casos do § 3º do art. 40 deste Regimento;

c) recursos de decisão de questão de ordem na forma do § 1º do art. 144, deste Regimento, e redação final das proposições;

d) a adequação de proposição às exigências regimentais;

II – à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, sem prejuízo da competência específica das demais:

a) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e crédito adicional e contas públicas, destacadamente as apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

b) política econômica, planos e programas municipais, acompanhamento de obras e fiscalização de investimentos;

c) sistema financeiro e matéria tributária;

d) repercussão financeira das proposições;

e) comprovação do atendimento das exigências do art. 188, deste Regimento Interno;

f) a matéria de que tratam os incisos XII e XIV do art. 83 deste Regimento;

III – à Comissão de Assuntos Municipais:

a) organização do Poder Executivo; regime jurídico e estatuto dos servidores públicos; quadro de emprego das empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades sob controle direto ou indireto do município; serviços públicos; direito administrativo em geral;

b) divisão administrativa; criação, incorporação, fusão e desmembramento do Município e alterações de limites e de seu topônimo; criação, organização e supressão de Distritos; direito urbanístico;

c) política educacional; de desenvolvimento e proteção do patrimônio cultural; de promoção da educação física, do desporto, do lazer e do turismo;

d) saúde, assistência médica, sanitária, hospitalar e saneamento básico, assistência social e previdenciária, proteção à família, à criança, ao adolescente e ao idoso; prevenção das deficiências física, sensorial e mental e integração social do portador de deficiência.

e) política e direito ambiental;

f) comércio e consumo, transporte, armazenamento e distribuição de alimentos;

g) defesa dos direitos individuais, coletivos e sociais;

h) segurança pública, defesa civil e prevenção da violência e criminalidade;

i) desenvolvimento da ciência e tecnologia, especialmente, o fomento e desenvolvimento agrário e outras formas de promoção do bem estar social no campo.

Art. 86. Às Comissões Permanentes compete apreciar as seguintes proposições, dentre outras:

I – projetos que versem sobre declaração de utilidade pública;

II – projetos que versem sobre a denominação de logradouros públicos;

III – projetos que versem sobre datas comemorativas e homenagens cívicas.

Parágrafo único. Ao Plenário será devolvido o exame, global ou parcial, do mérito de proposição apreciada conclusivamente pelas Comissões.

Seção III

Da composição

Art. 87. A designação dos membros das Comissões permanentes far-se-á no prazo de cinco dias, a contar da instalação de cada Sessão Legislativa Ordinária, e

prevalecerá até pelo prazo de um ano, salvo a hipótese de alteração da composição partidária, permitida a recondução.

Parágrafo único. Considerar-se-á provisória a designação dos representantes das Bancadas ou Blocos que não se houverem manifestado dentro do prazo estabelecido neste artigo.

Art. 88. As Comissões Permanentes são constituídas de três membros efetivos, podendo o Vereador fazer parte de mais de uma Comissão Permanente, como membro efetivo, observado o disposto no art. 96, deste Regimento.

Capítulo III DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Seção I Das disposições gerais

Art. 89. As Comissões Temporárias são:

I – Especiais;

II – de Inquérito;

III – de Representação.

§ 1º Na hipótese do inciso II, o primeiro signatário do requerimento fará parte da Comissão, não podendo ser seu Presidente ou Relator.

§ 2º A Comissão Temporária será composta de 3 (três) membros, salvo a indicada na alínea “c”, do inciso I, do art. 90, deste Regimento, cuja composição obedecerá a legislação pertinente.

Seção II Das Comissões Especiais

Art. 90. São Comissões Especiais as constituídas para:

- I – emitir parecer sobre:
 - a) proposta de Emenda à Lei Orgânica;
 - b) veto à Proposição de Lei;
 - c) pedido de instauração de processo por crime de responsabilidade ou perda de mandato.
- II – proceder a estudo de matéria determinada;
- III – desincumbir-se de missão atribuída pelo Plenário.

Parágrafo único. As Comissões Especiais serão constituídas pelo Presidente da Câmara, de ofício ou a requerimento, atendido o disposto nos arts. 80 e 81, deste Regimento.

Seção III

Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 91. A Câmara Municipal, a requerimento de um terço de seus membros, constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito, para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual poderá, no exercício de suas atribuições, determinar diligências, convocar autoridades, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar informações e documentos.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e para a ordem jurídica, econômica e social do município que demande investigação, elucidação, e fiscalização e que estiver devidamente caracterizado no requerimento da Comissão.

§ 2º O Presidente deixará de receber o requerimento que desatender os requisitos regimentais, cabendo desta decisão recurso ao Plenário, no prazo de cinco dias, ouvida a Comissão de Legislação Justiça e Redação.

§ 3º Recebido o requerimento, o Presidente o despachará, encaminhando-o para publicação ou o submeterá a votação

§ 4º No prazo de dois dias, contado da publicação do requerimento, ou de sua aprovação, os membros da Comissão serão indicados pelos líderes.

§ 5º Esgotado, sem indicação, o prazo fixado no § 4º o Presidente, de ofício, procederá à designação dos membros da Comissão.

Art. 92. A Comissão Parlamentar de Inquérito apresentará Relatório circunstanciado, com suas conclusões, o qual será publicado e encaminhado:

I – à Mesa da Câmara, para as providências de sua competência ou de alçada do Plenário;

II – ao Ministério Público;

III – ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo, assinalando prazo hábil para seu cumprimento;

IV – à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e ao Tribunal de Contas do Estado para as providências cabíveis;

V – à autoridade à qual esteja afeto o conhecimento da matéria.

Parágrafo único. As conclusões do Relatório poderão ser revistas pelo Plenário na forma do parágrafo único do artigo 86, deste Regimento.

Seção IV

Da Comissão de Representação

Art. 93. A Comissão de Representação será constituída, de ofício ou a requerimento, para estar presente a atos em nome da Câmara, bem como para desincumbir-se de missão que lhe for atribuída pelo Plenário.

§ 1º A Representação que implicar ônus para a Câmara somente poderá ser constituída se houver disponibilidade orçamentária.

§ 2º Não haverá suplência na Comissão de Representação.

Capítulo IV DAS VAGAS NAS COMISSÕES

Art. 94. A vaga na Comissão verificar-se-á por renúncia, perda do lugar, desfiliação do partido pelo qual a indicação foi feita e nos casos do art. 37, deste Regimento.

§ 1º A renúncia tornar-se-á efetiva, desde que formalizada, por escrito, for encaminhada ao Presidente da Câmara.

§ 2º A perda do lugar ocorrerá quando o membro efetivo da Comissão, no exercício do mandato, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 5 (cinco) reuniões ordinárias alternadas, na Sessão Legislativa Ordinária.

§ 3º O Presidente da Câmara designará novo membro para a Comissão, em caso de vaga, observado o disposto no artigo 80, deste Regimento.

Capítulo V DA PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO

Art. 95. Nos três dias seguintes ao de sua constituição, reunir-se-á a Comissão, sob a presidência do mais idoso de seus membros, para eleger o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, escolhidos entre os membros efetivos.

Parágrafo único. Até que a eleição se verifique, continuará na Presidência o membro mais idoso.

Art. 96. É vedado o exercício cumulativo da Presidência de Comissão.

Art. 97. Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, a presidência caberá ao mais idoso dos membros presentes.

Art. 98. Dirigirá os trabalhos de reunião conjunta de Comissões o Presidente mais idoso; na ausência dos Presidentes, os Vice-Presidentes, observada a ordem decrescente de idade, ou, na falta desses, o mais idoso dos membros presentes.

Parágrafo único. Quando o Presidente da Câmara participar da reunião poderá dirigir os trabalhos.

Art. 99. Ao Presidente da Comissão compete:

I – submeter à Comissão as normas complementares de seu funcionamento fixando dia e hora das reuniões ordinárias;

II – fazer ler a Ata da reunião anterior e considerá-la aprovada, ressalvada a retificação, assinando-a com os membros presentes;

III – dirigir as reuniões, nelas mantendo a ordem e a solenidade;

IV – dar conhecimento à Comissão de matéria recebida;

V – designar relator;

VI – conceder a palavra ao membro da Comissão que a solicitar;

VII – interromper o orador que estiver falando sobre matéria diferente daquela em discussão;

VIII – submeter a matéria à votação e proclamar o resultado;

IX – resolver as questões de ordem;

- X – enviar à Mesa a lista dos membros presentes;
- XI – determinar a retirada de matéria de pauta;
- XII – declarar a prejudicialidade de proposição;
- XIII – decidir sobre requerimentos sujeitos a seu despacho;
- XIV – prorrogar a reunião de ofício ou a requerimento;
- XV – suspender e ou adiar a reunião se as circunstâncias o exigirem;
- XVI – organizar a pauta;
- XVII – convocar Reunião Extraordinária, de ofício ou a Requerimento da maioria dos membros da Comissão;
- XVIII – conceder “vista” de proposição a membro de Comissão;
- XIX – assinar a correspondência;
- XX – assinar parecer com os demais membros da Comissão;
- XXI – enviar à Mesa a matéria apreciada ou não decidida, se for o caso;
- XXII – solicitar ao Líder de Bancada ou de Bloco Parlamentar indicação de substituto para membro de Comissão;
- XXIII – encaminhar à Mesa, ao fim da Sessão Legislativa Ordinária, relatório das atividades da Comissão;
- XXIV – solicitar ao Presidente da Câmara que encaminhe e reitere pedido de informação;
- XXV – determinar, de ofício ou a requerimento, local para realização de audiência pública, em regiões do município, para subsidiar o processo Legislativo, observada a disponibilidade orçamentária;
- XXVI – receber petição, reclamação, representação ou queixa de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública e adotar o procedimento regimental adequado.

§ 1º O Presidente pode funcionar como relator e tem voto nas deliberações.

§ 2º Em caso de empate, repetir-se-á a votação e, persistindo o resultado, o Presidente decidirá pelo voto de qualidade.

Capítulo VI DA REUNIÃO DE COMISSÃO

Art. 100. A Comissão reunir-se-á ordinariamente, duas vezes por mês, em dias e horas fixados, nos termos do inciso “I” do artigo 99, deste Regimento.

§ 1º As reuniões de Comissão dar-se-ão no Plenário da Câmara, ressalvado o disposto no inciso XXV do artigo 99, deste Regimento;

§ 2º A fixação de dia e hora das reuniões das Comissões será previamente acordada entre os Presidentes evitando as acumulações de datas e, não havendo acordo, proceder-se-á ao sorteio.

Art. 101. A reunião de Comissão é pública, podendo ser secreta, nos termos deste Regimento.

§ 1º Na reunião secreta funcionará como Secretário um dos membros da Comissão designado pelo Presidente.

§ 2º Os pareceres, votos em separados, declarações de voto, emendas e substitutivos apresentados em reunião secreta serão entregues em sigilo à Mesa da Câmara pelo Presidente de Comissão.

Art. 102. As reuniões de Comissão Permanente são:

I – ordinárias, as que se realizam nos termos do artigo 100, deste Regimento;

II – extraordinárias, as convocadas pelo seu Presidente, de ofício ou a requerimento de qualquer de seus membros.

Art. 103. Da convocação de reunião extraordinária constará o seu objeto, dia, hora e local, salvo quando convocada em reunião.

Art. 104. A Comissão reúne-se com a presença de mais da metade de seus membros.

Capítulo VII DA REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES

Art. 105. Duas ou mais Comissões reúnem-se conjuntamente:

- I – em cumprimento de disposição regimental;
- II – por deliberação de seus membros;
- III – a requerimento.

Art. 106. Nas reuniões conjuntas exigir-se-á de cada Comissão o *quorum* de presença e o de votação estabelecidos para reunião isolada.

§ 1º O Vereador que fizer parte de duas das Comissões reunidas terá presença contada em dobro e direito de voto cumulativo.

§ 2º O relator será designado pelo Presidente.

§ 3º À reunião conjunta de Comissões aplicam-se as normas que disciplinam o funcionamento das Comissões.

Capítulo VIII DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 107. Os trabalhos na Comissão obedecerão a seguinte ordem:

- I – Primeira Parte – Expediente:

- a) leitura e apreciação da Ata;
- b) leitura da correspondência;
- c) distribuição de proposição.

II – Segunda Parte – Ordem do Dia;

- a) discussão e votação de proposição da Comissão;
- b) discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Câmara;
- c) discussão e votação de proposição que dispensar a apreciação do Plenário da Câmara.

§ 1º A ordem do dia poderá ser alterada a requerimento de qualquer dos membros da Comissão, desde que aprovada pela maioria.

§ 2º É vedada a apreciação de projeto ou de parecer sobre projeto que não conste na pauta previamente distribuída.

Art. 108. Da reunião lavrar-se-á ata resumida que será lida e submetida à apreciação.

Parágrafo único. Se houver proposição sujeita à deliberação conclusiva de Comissão, a ata conterá os dados essenciais relativos a sua tramitação.

Art. 109. A Comissão deliberará por maioria de votos, observado o disposto no art. 104, deste Regimento.

Art. 110. Contado da remessa da proposição, o prazo para a Comissão emitir parecer, salvo exceções regimentais, é de:

I – dez dias, para Proposição de Lei, de Resolução e de Decreto Legislativo;

II – cinco dias, para requerimento, substitutivo, emenda e matéria semelhante.

Art. 111. A distribuição de proposição ao Relator será feita pelo Presidente da Comissão.

§ 1º O Presidente poderá designar Relator antes da reunião.

§ 2º Na hipótese de perda de prazo, será designado novo Relator, para emitir parecer em dois dias.

§ 3º Sempre que houver pedido de prorrogação de prazo pelo Relator ou designação de outro Relator, prorrogar-se-á por dois dias o prazo da Comissão.

Art. 112. O membro de Comissão poderá requerer vista de proposição em discussão, quando não houver distribuição de cópia antes da leitura do relatório.

Parágrafo único. A vista será concedida pelo Presidente, por vinte e quatro horas, sendo comum aos membros da Comissão, vedada a sua renovação.

Art. 113. Lido o parecer ou dispensada a sua leitura, este será submetido à discussão.

§ 1º Durante a discussão, o membro da Comissão poderá propor substitutivo, emenda, ou subemenda até o encerramento da discussão da proposição.

§ 2º Para discutir o parecer, o membro de Comissão e o autor da proposição poderão usar da palavra por até dez minutos, e o Relator por até vinte minutos.

§ 3º Na discussão poderão falar, pelo prazo de até cinco minutos, até dois Vereadores não membros da Comissão, sendo um a favor e outro contra, observada a ordem da inscrição.

Art. 114. Encerrada a discussão, passar-se-á à votação, observada a preferência estabelecida neste Regimento.

Art. 115. Aprovada a alteração do parecer com a qual concorde o Relator a ele será concedido prazo de vinte e quatro horas para nova redação e, se rejeitado o parecer, o Presidente designará novo Relator.

Art. 116. Esgotado o prazo das Comissões, o Presidente da Câmara incluirá a proposição na ordem do dia, de ofício ou a requerimento.

Art. 117. Quando, vencido o prazo, e após notificação do Presidente, membro de Comissão retiver proposição, será o fato comunicado ao Presidente da Câmara, que determinará a utilização do Processo Suplementar, de que trata o art. 153, deste Regimento.

Capítulo IX DO PARECER

Art. 118. Parecer é o pronunciamento de Comissão, de caráter opinativo, sobre matéria sujeita a seu exame.

Art. 119. O parecer será escrito e concluirá pela aprovação ou rejeição da matéria.

§ 1º Poderá ser oral o parecer sobre requerimento ou emenda à redação final e na ocorrência de perda de prazo pela Comissão, nos termos do parágrafo seguinte.

§ 2º Incluindo o projeto na ordem do dia, sem parecer, o Presidente da Câmara designar-lhe-á Relator, que, no prazo de vinte e quatro horas, emitirá parecer no Plenário sobre o projeto e emenda, se houver, cabendo-lhe apresentar emenda e subemenda

§ 3º É vedado parecer oral sobre proposta de emenda à Lei Orgânica.

Art. 120. O parecer é composto de relatório, fundamentação e conclusão.

Art. 121. Se a Comissão concluir pela conveniência de determinada matéria ser formalizada em proposição, deverá constar do parecer, submetendo-a aos trâmites regimentais.

Capítulo X DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 122. Poderá ser realizada reunião da Comissão destinada à audiência pública com entidade da sociedade civil, para subsidiar o processo legislativo por proposta de entidade interessada ou a requerimento do Vereador.

Parágrafo único. Na proposta ou no requerimento haverá indicação da matéria a ser examinada e das pessoas a serem ouvidas.

Art. 123. Técnicos de notória competência ou representantes de entidade civil poderão ser convidados a participar dos trabalhos de Comissão que se refiram a matéria de sua especialidade.

Parágrafo único. Cabe ao Presidente da Comissão, de ofício ou a requerimento de qualquer dos membros desta, promover a expedição dos convites e dos documentos necessários para atendimento do disposto neste artigo.

Capítulo XI DAS PETIÇÕES E REPRESENTAÇÕES POPULARES

Art. 124. A petição, reclamação ou representação de pessoa física ou jurídica contra ato de omissão das autoridades e entidades públicas, ou contra membros da

Câmara, será examinada pelas Comissões ou pela Mesa, desde que:

I – encaminhada por escrito e assinada;

II – seja a matéria de competência da Câmara.

Parágrafo único. O relator da Comissão a que for distribuída a matéria apresentará relatório em conformidade com o artigo 92 deste Regimento, dando ciência aos interessados.

Capítulo XII DO ASSESSORAMENTO ÀS COMISSÕES

Art. 125. A Mesa providenciará para que as Comissões contem com assessoramento específico e consultoria técnico-legislativa em suas respectivas áreas de competência.

Art. 126. Poderá haver instrução de proposição, a requerimento do Relator ou Comissão.

TÍTULO VI DO DEBATE E DA QUESTÃO DE ORDEM

Capítulo I DA ORDEM DOS DEBATES

Art. 127. Os debates realizam-se com ordem e solenidade, não sendo permitido o uso da palavra sem que esta tenha sido concedida.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara determinará a cassação do registro da palavra proferida em desatendimento à norma do artigo.

Art. 128. Havendo descumprimento a este Regimento no curso dos debates, o Presidente da Câmara adotará as seguintes providências:

- I – advertência;
- II – cassação da palavra;
- III – suspensão da reunião.

Art. 129. O Presidente da Câmara, entendendo ter havido prática de ato incompatível com o decoro parlamentar, adotará as providências indicadas nos artigos 43 a 45, deste Regimento.

Art. 130. O Vereador deve falar de pé, da Tribuna ou do Plenário, salvo permissão do Presidente, nos termos do inciso II do art. 214, deste Regimento.

Art. 131. O assunto constante de pronunciamento feito durante reunião constará da ata.

Parágrafo único. Os originais de documentos lidos no Plenário ou nas Comissões passam a fazer parte do arquivo da Câmara.

Art. 132. O Vereador terá direito à palavra para:

- I – apresentar e discutir proposição;
- II – argüir questão de ordem;
- III – dar explicação pessoal;
- IV – fazer comunicação;
- V – falar sobre assunto de interesse público;
- VI – solicitar retificação da ata;
- VII – encaminhar votação;
- VIII – fazer declaração de voto.

Art. 133. O Vereador, observado o disposto nos artigos 140 e 141, deste Regimento, pessoalmente ou por intermédio de seu Líder, inscrever-se-á como Orador, para falar sobre “Explicação Pessoal” ou para tratar de “Assunto de Interesse Público”, no Expediente inicial.

Art. 134. O Presidente da Câmara concederá a palavra ao Vereador, pela ordem de solicitação, para discussão de proposição constante da pauta, por prazo não superior a cinco minutos, por Vereador.

Art. 135. Durante a discussão, o Vereador não pode:

I – desviar-se de matéria em debate;

II – usar de linguagem imprópria;

III – ultrapassar o prazo concedido;

IV – deixar de atender a advertência.

Art. 136. Na discussão o Vereador falará uma vez.

Art. 137. O Vereador tem direito de prosseguir pelo tempo que lhe restar em seu pronunciamento interrompido salvo na hipótese de cassação da palavra.

Art. 138. Aparte é breve interrupção do orador, relativamente à matéria em debate.

Parágrafo único. Não será permitido o aparte:

I – às palavras do Presidente;

II – paralelo a discurso;

III – em explicação pessoal;

IV – a questão de ordem;

V – quando o orador declarar que não o concede.

Art. 139. Os apartes, as questões de ordem e os incidentes suscitados ou consentidos pelo Orador serão computados no prazo de que ele dispuser para seu pronunciamento.

Art. 140. O expediente “Explicação Pessoal”, com prazo de até cinco minutos, será usado para:

I – esclarecer sentido obscuro da matéria de sua autoria, constante da pauta dos trabalhos;

II – clarear o sentido e a extensão de suas palavras, que julgar terem sido mal compreendidas por qualquer de seus pares;

III – para esclarecer fatos em que esteja pessoalmente envolvido.

Art. 141. Os Vereadores poderão usar da palavra para tratar de “Assunto de interesse público”, desde que se inscreva com antecedência de duas horas antes de iniciada a reunião.

§ 1º Considerar-se-á de interesse público qualquer assunto que envolva a comunidade, o Estado ou a Nação.

§ 2º O número de oradores inscritos por sessão será de até três Vereadores.

§ 3º É de até dez minutos, prorrogável pelo Presidente por mais cinco minutos, o tempo de que dispõe o orador para pronunciar o seu discurso.

Capítulo II DA QUESTÃO DE ORDEM

Art. 142. A dúvida sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, ou relacionada com a Lei Orgânica, considera-se questão de ordem.

Art. 143. A questão de ordem será formulada no prazo de até cinco minutos, com clareza e com indicação do preceito que se pretende elucidar.

§ 1º Se o Vereador não indicar inicialmente o preceito, o Presidente da Câmara retirar-lhe-á a palavra e determinará sejam excluídas da ata as alegações feitas.

§ 2º Não se poderá interromper orador na Tribuna para argüição de questão de ordem, salvo consentimento deste.

Art. 144. A questão de ordem formulada no Plenário será resolvida em definitivo e tempestivamente pelo Presidente da Câmara.

§ 1º Quando a decisão for relacionada com a Lei Orgânica, poderá o Vereador suscitante dela recorrer para o Plenário, ouvida a Comissão de Legislação Justiça e Redação.

§ 2º O recurso de que trata o parágrafo anterior somente será recebido se entregue à Mesa, por escrito, no prazo de dois dias, a contar da decisão.

§ 3º Enviado à Mesa, o parecer será incluído em ordem do dia para discussão e votação.

Art. 145. O membro da Comissão poderá argüir questão de ordem ao seu Presidente.

TITULO VII DO PROCESSO LEGISLATIVO

Capítulo I DA PROPOSIÇÃO

Seção I Disposições gerais

Art. 146. Proposição é a matéria sujeita à apreciação da Câmara.

Art. 147. São proposições do processo legislativo:
I – proposta de emenda à Lei Orgânica;
II – projetos:

- a) de Lei Complementar;
 - b) de Lei Ordinária;
 - c) de Lei Delegada;
 - d) de Decreto Legislativo;
 - e) de Resolução.
- III – veto à proposição de lei.

Art. 148. O Presidente da Câmara só receberá proposição redigida com clareza e observância da técnica legislativa e do estilo parlamentar e em conformidade com a Lei Orgânica e com este Regimento.

§ 1º Aplica-se o disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 144, deste Regimento, a recurso da decisão de não recebimento de proposição por contrariar a Lei Orgânica ou por inconstitucionalidade.

§ 2º Quando destinada a aprovar ou ratificar convênio, contrato, acordo ou termo aditivo, a proposição conterá a transcrição por inteiro do documento.

§ 3º A proposição em que houver referência a uma lei, ou que tiver sido precedida de estudos, pareceres, decisões ou despachos, será acompanhada do respectivo texto.

§ 4º A proposição de iniciativa popular será encaminhada, quando necessário, à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para adequá-la às exigências deste artigo.

Art. 149. O Vereador não poderá apresentar proposição que guarde identidade ou semelhança com outra em tramitação.

Parágrafo único. Ocorrendo descumprimento do previsto neste artigo, prevalecerá a primeira Proposição apresentada, à qual serão anexadas as posteriores, por determinação do Presidente da Câmara, de ofício ou a requerimento.

Art. 150. Os projetos tramitam em dois turnos, salvo os casos previstos neste Regimento.

Art. 151. Cada turno é constituído de discussão e votação, salvo no caso de requerimento que não está sujeito a discussão.

Art. 152. Excetuados os casos previstos neste Regimento, a proposição só passará de um turno a outro após a audiência da Comissão ou das Comissões a que tiver sido distribuída.

Art. 153. Da proposição serão extraídas cópias para formação de processos suplementares, aos quais serão anexados, por cópia, os despachos proferidos, os pareceres e os documentos elucidativos, até sua final tramitação.

Art. 154. A proposição arquivada, finda a Legislatura, poderá ser desarquivada, mediante requerimento, cabendo ao Presidente:

I – deferir o requerimento, quanto a projeto que tenha recebido parecer favorável;

II – submetê-lo à votação, quanto a projeto sem parecer ou com parecer contrário.

§ 1º A proposição desarquivada fica sujeita a nova tramitação.

§ 2º Será tido como autor da proposição o Vereador que requerer o seu desarquivamento.

Art. 155. Não serão arquivados ao final da legislatura:

I – a proposição de iniciativa popular, cuja tramitação será reiniciada;

II – o veto à proposição de lei;

III – o projeto de iniciativa do prefeito, com tramitação prevista no Art. 189 deste Regimento.

Seção II

Da distribuição de proposição

Art. 156. A distribuição de proposição é feita pelo Presidente da Câmara.

Art. 157. Distribuída a proposição a mais de uma Comissão, cada qual dará parecer isoladamente, exceto no caso de reunião conjunta.

Parágrafo único. Se a proposição depender de pareceres das Comissões de Legislação, Justiça, Redação e Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, serão estas ouvidas em primeiro e em último lugares, respectivamente.

Art. 158. Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação concluir pela inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade da proposição, será esta enviada à Mesa da Câmara, para inclusão do parecer em ordem do dia.

Parágrafo único. Se o Plenário aprovar o parecer, a proposição será arquivada; se o rejeitar, será a proposição encaminhada às outras comissões a que tiver sido distribuída.

Art. 159. A audiência de qualquer Comissão, sobre determinada matéria, poderá ser requerida por Vereador ou Comissão.

Parágrafo único. Na mesma fase de tramitação não se admitirá renovação de audiência de Comissão.

Seção III Do projeto

Subseção I Disposições gerais

Art. 160. Ressalvada a iniciativa privativa prevista na Lei Orgânica do Município, a apresentação de projeto cabe:

I – a Vereador;

II – a Comissão ou à Mesa da Câmara;

III – ao Prefeito Municipal;

IV – aos Cidadãos.

Art. 161. Salvo nas hipóteses de iniciativa privativa e de matéria indelegável, a iniciativa popular é exercida pela apresentação à Câmara Municipal de projeto de lei, subscrito, por no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município, devidamente identificado pelo número do respectivo Título Eleitoral, em lista organizada por entidade associativa legalmente constituída, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas.

Art. 162. Nas Comissões ou em Plenário, poderá usar da palavra, em se tratando de projeto de iniciativa popular, pelo prazo de até vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este houver indicado.

Art. 163. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, por proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal ou mediante a subscrição de dez por cento do eleitorado do município.

Subseção II

Do Projeto de Lei Ordinária

Art. 164. Recebido, o projeto será numerado e distribuídas cópias aos Vereadores para conhecimento e às Comissões competentes para parecer ou deliberação.

§ 1º Enviado à Mesa, o parecer das Comissões será distribuído, por cópia, aos Vereadores, incluindo-se o projeto na ordem do dia, em primeiro turno.

§ 2º No decorrer da discussão do projeto, poderão ser apresentadas emendas que, distribuídas por cópias, serão encaminhadas, às Comissões a que tiver sido distribuído para receberem parecer.

§ 3º Encaminhado à Mesa, será o parecer sobre as emendas distribuído por cópias e o projeto incluído na ordem do dia para votação.

Art. 165. Aprovado em primeiro turno, o projeto será despachado à Comissão competente a fim de receber parecer para o segundo turno.

§ 1º Quando houver emendas aprovadas, o parecer conterá a redação do vencido.

§ 2º Em segundo turno, o projeto sujeitar-se-á aos prazos e formalidades do primeiro turno, não admitida emenda que contenha matéria prejudicada ou rejeitada.

Art. 166. Concluída a votação, o projeto é remetido à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para a redação final.

Art. 167. Não será admitido aumento de despesa prevista:

I – nos Projetos de iniciativa popular e nos de iniciativa privada do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto nos §§ 3º e 4º, do artigo 154, da Lei Orgânica Municipal;

II – nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 168. Considerar-se-á rejeitado o projeto que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as Comissões a que tiver sido distribuído.

Subseção III Do Projeto de Lei Complementar

Art. 169. O Projeto de Lei Complementar será aprovado se obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, aplicando-se-lhe as normas de tramitação de projeto de lei ordinária, salvo quanto aos prazos regimentais, que serão contados em dobro.

Parágrafo único. Consideram-se leis complementares, entre outras matérias previstas nesta Lei Orgânica:

I – Código Tributário do Município;

II – Código de Obras do Município;

III – Código de Postura;

IV – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

V – Lei de criação de cargos, funções, empregos públicos e salários;

VI – Lei instituidora do regime jurídico dos servidores municipais;

VII – Lei instituidora da guarda municipal;

VIII – Elaboração, redação, alteração e consolidação de leis;

IX – Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;

X – Código Sanitário;

XI – Lei de criação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais.

Subseção IV Do Projeto de Resolução

Art. 170. Os projetos de resolução são destinados a regular matérias de competência privativa da Câmara, de seu interesse interno, e serão votados em turno único.

Art. 171. A iniciativa de Projeto de Resolução cabe:

I – a um terço dos Vereadores;

II – à Mesa da Câmara;

III – às Comissões da Câmara.

Art. 172. Aplicam-se aos projetos de resolução as disposições relativas aos projetos de lei ordinária.

Art. 173. As resoluções são promulgadas pelo Presidente da Câmara e assinadas, também pelo Secretário, no prazo de quinze dias contados da data da aprovação da redação final do projeto.

Art. 174. A resolução aprovada e promulgada nos termos deste Regimento tem eficácia de lei ordinária.

Subseção V Do Projeto de Decreto Legislativo

Art. 175. Os projetos de decreto legislativo são destinados a regular as demais matérias de competência privativa da Câmara, especialmente, a delegação de poderes ao Executivo.

Art. 176. A iniciativa de Projeto de Decreto Legislativo cabe:

- I – a um terço dos Vereadores;
- II – à Mesa da Câmara;
- III – às Comissões da Câmara.

Art. 177. Aplicam-se aos projetos de Decreto Legislativo as disposições relativas aos projetos de lei ordinária, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

Seção IV

Das proposições sujeitas a procedimentos especiais

Subseção I

Da proposta de Emenda à Lei Orgânica

Art. 178. A Lei Orgânica do Município pode ser emendada por proposta:

- I – de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal;
- II – do Prefeito Municipal;
- III – de iniciativa popular, em lista organizada subscrita por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores do município.

§ 1º As regras de iniciativa privativa pertinentes à Legislação infraorgânica não se aplicam à competência para apresentação da proposta de que trata este artigo.

§ 2º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou estado de defesa, nem quando o Município estiver sob intervenção.

§ 3º A proposta de emenda à Lei Orgânica será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada quando obtiver, em

ambos os turnos, 2/3 (dois terços) dos votos favoráveis dos membros da Câmara

Art. 179. Recebida, a proposta de emenda à Lei Orgânica será numerada, permanecendo sobre a Mesa durante o prazo de três dias, para receber emenda.

Parágrafo único. A emenda à proposta será também subscrita por, no mínimo, 1/3 dos membros da Câmara.

Art. 180. Findo o prazo de apresentação de emenda, será a proposta enviada à Comissão Especial, para receber parecer, no prazo de dez dias.

Parágrafo único. Dado o parecer, incluir-se-á a proposta na ordem do dia para discussão e votação em primeiro turno.

Art. 181. Se, concluída a votação em primeiro turno, a proposta tiver sido alterada em virtude de emenda, será enviada à Comissão Especial, para a redação do vencido, no prazo de três dias.

§ 1º Ocorrida a hipótese do *caput*, a proposta será incluída na ordem do dia para discussão e votação em segundo turno, após distribuída por cópia a matéria aprovada no primeiro.

§ 2º Não tendo havido emenda aprovada, a proposta será incluída na ordem do dia, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 182. Em segundo turno, serão observadas, no que couber, as normas dos §§ 1º e 2º do artigo 165, deste Regimento.

Art. 183. Aprovada em redação final, a emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, no prazo de

cinco dias, enviada à publicação e anexada, com o respectivo número de ordem, ao texto da Lei Orgânica.

Art. 184. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser reapresentada na mesma Sessão Legislativa.

Subseção II

Dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentária, de Orçamento anual e de Crédito Adicional

Art. 185. Os projetos de que trata esta Subseção serão distribuídos por cópia aos Vereadores e às Comissões a que estiverem afetos e encaminhados à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas para, no prazo de trinta dias, receberem parecer.

§ 1º Da discussão e da votação do parecer na Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas participarão, com direito a voz e voto, os membros das demais Comissões Permanentes, às quais tenha sido distribuído o Projeto, observadas as disposições deste Regimento sobre a reunião conjunta de Comissões, exceto quanto à Presidência.

§ 2º Nos primeiros dez dias do prazo previsto neste artigo, poderão ser apresentadas emendas ao projeto.

§ 3º Vencido o prazo para apresentação de emendas o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas proferirá, em dois dias, despacho de recebimento das emendas, que serão numeradas e publicadas e dará publicidade, em separado, às que deixar de receber.

§ 4º Do despacho de não-recebimento de emendas caberá recurso, no prazo de vinte e quatro horas, ao Presidente da Câmara, que terá dois dias para decidir.

§ 5º Esgotados os prazos dos §§ anteriores, o projeto será encaminhado ao Relator, para parecer.

§ 6º Enviado à Mesa, o parecer será distribuído por cópia, incluindo-se o Projeto na Ordem do Dia, para discussão e votação.

Art. 186. Concluída a votação em primeiro turno, o projeto será remetido à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para redação final e à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, para inserção das emendas aprovadas em Plenário e, posteriormente ao Plenário, para discussão e votação, em segundo turno.

Art. 187. O Prefeito poderá mandar mensagem à Câmara para propor modificação no projeto, enquanto não iniciada na Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas a votação do parecer relativamente à parte cuja alteração for proposta.

Art. 188. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou a projeto que vise modificá-la somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentária;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as seguintes:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal; ou

III – sejam relacionadas:

a) com a correção de erro ou omissão;

b) com as disposições do projeto.

Subseção III

Do projeto de iniciativa do Prefeito com solicitação de urgência

Art. 189. O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para projeto de sua iniciativa, considerados relevantes.

§ 1º Se a Câmara não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre o projeto, será ele incluído na ordem do dia, para discussão e votação em primeiro turno, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos.

§ 2º Contar-se-á o prazo a partir do recebimento da solicitação pela Câmara, que poderá ser feita após a remessa do projeto.

§ 3º O prazo não corre no período de recesso da Câmara e nem se aplica a projeto que dependa de *quorum* especial para aprovação, a projeto de Lei Orgânica, Estatutária ou equivalente a Código e a projeto relativo a Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual ou Crédito Adicional.

Art. 190. Sempre que o projeto for distribuído a mais de uma Comissão, estas reunir-se-ão conjuntamente, para, no prazo de quinze dias, emitirem parecer.

Art. 191. Esgotado o prazo sem pronunciamento das Comissões, o Presidente da Câmara incluirá o projeto na ordem do dia e designará Relator que, no prazo de até vinte quatro horas, emitirá parecer sobre o projeto e emenda, se houver, cabendo-lhe apresentar emenda e subemenda.

Seção V

Das matérias de natureza periódica

Subseção I

Dos projetos de fixação e alteração dos subsídios dos Agentes Políticos Municipais

Art. 192. O subsídio dos agentes políticos do Município será fixado pela Câmara Municipal, no último exercício da legislatura, antes das eleições municipais, para vigorar na legislatura subsequente.

Art. 193. O subsídio a que se refere o artigo anterior será regido pelo Art. 29, incisos VI e VII e Art. 29A, em relação ao Vereador; pelo Art. 29, inciso V e Art. 37, inciso X, em relação ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário Municipal; e, relativamente a todos, pelos arts. 37, inciso XI; 39, § 4º; 150, II; 153, III e 153, § 2º, inciso I, todos da Constituição da República; pelo Art. 179, parágrafo único da Constituição do Estado de Minas Gerais e pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 194. Os subsídios mensais do Vereador e do Presidente da Câmara Municipal serão fixados pela Câmara Municipal, em Resolução; os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário Municipal, em lei de iniciativa da Câmara Municipal.

Art. 195. Na hipótese de a Câmara Municipal deixar de fixar os subsídios dos agentes políticos municipais, ficarão mantidos na legislatura subsequente os critérios de remuneração vigentes em dezembro do último exercício da legislatura anterior admitida apenas a atualização dos valores.

Subseção II

Da prestação e tomada de contas

Art. 196. Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara, independentemente de leitura, determinará sua remessa, juntamente com o processo de prestação de contas, à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

Parágrafo único. Distribuir-se-á cópia do parecer prévio aos Vereadores, no prazo de dois dias, a contar do seu recebimento.

Art. 197. O processo permanecerá na Comissão por três dias, à disposição dos Vereadores, para vista ou requerimento de informações.

Art. 198. Esgotado o prazo do artigo anterior, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas emitirá, em trinta dias, parecer, que concluirá por projeto de Decreto Legislativo.

§ 1º Distribuído o projeto de Decreto Legislativo, abrir-se-á, na Comissão, o prazo de três dias, para a apresentação de emenda.

§ 2º Emitido o parecer sobre as emendas, se houver, o projeto será encaminhado à Mesa e incluído na ordem do dia, para discussão e votação, na forma do Art. 177, deste Regimento.

§ 3º Aprovado, o projeto será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para redação final.

Art. 199. O Projeto de Decreto Legislativo que contrariar o parecer do Tribunal de Contas somente será considerado aprovado se obtiver o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Parágrafo único. Não aprovado o projeto, nos termos deste artigo, o processo será enviado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para redação final de projeto de conformidade com o parecer do Tribunal de Contas, no prazo de três dias.

Art. 200. Se as Contas, não forem no todo ou em parte, aprovadas pelo Plenário, será o processo encaminhado à Comissão Legislação, Justiça e Redação, que, no prazo de dez dias, indicará as providências a serem adotadas pela Câmara.

Art. 201. Decorrido o prazo estabelecido no inciso VII, do art. 19 da Lei Orgânica, sem que a Câmara tenha recebido a prestação de contas do Prefeito, estas serão tomadas por Comissão Especial, designada pelo Presidente da Câmara, na forma deste Regimento, aplicando-se no que couber o disposto nesta Subseção.

Art. 202. As contas da Mesa da Câmara estão sujeitas às disposições da legislação específica.

Seção VI

Do veto à proposição de lei

Art. 203. O veto total ou parcial, depois de lido, será distribuído à Comissão Especial nomeada pelo Presidente da Câmara, para, no prazo de quinze dias, receber parecer.

§ 1º O veto parcial abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º Dentro de trinta dias, contados do recebimento da comunicação do veto, a Câmara Municipal sobre ele decidirá em escrutínio secreto, e sua rejeição só ocorrerá pelo voto de maioria absoluta.

§ 3º Esgotado o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação, o veto será incluído na ordem do dia da reunião imediata, sobrestadas as demais matérias, até votação final, ressalvado o projeto de iniciativa do Prefeito com solicitação de urgência.

§ 4º Se o veto não for mantido, será a proposição de lei enviada ao Prefeito, para promulgação.

§ 5º Se, dentro de quarenta e oito horas, a proposição de lei não for promulgada, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer, em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 6º Mantido o veto, dar-se-á ciência do fato ao Prefeito Municipal.

Art. 204. Aplicam-se à apreciação do veto no que couber, as disposições relativas à tramitação do projeto de lei ordinária.

Seção VII

Da delegação legislativa

Art. 205. As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito Municipal, por autorização da Câmara.

§ 1º Não podem constituir objeto de delegação os atos de competência privativa da Câmara Municipal, a matéria reservada a lei complementar e a legislação sobre organização dos poderes, planos plurianuais, diretrizes e orçamento.

§ 2º A delegação ao Prefeito Municipal terá forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º Se o decreto legislativo determinar a apreciação do projeto pela Câmara Municipal, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Seção VIII

Da emenda e do substitutivo

Art. 206. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, com a finalidade de editar, modificar, substituir ou suprimir dispositivo.

§ 1º Emenda aditiva é a que se acrescenta algo a outra proposição.

§ 2º Emenda modificativa é a que altera dispositivo sem modificá-lo substancialmente.

§ 3º Emenda substitutiva é a apresentada:

I – como sucedânea de dispositivo;

II – como resultado da fusão de outras emendas.

§ 4º Emenda supressiva é a destinada a excluir dispositivo.

Art. 207. A emenda, quanto à sua iniciativa é:

I – de Vereador;

II – de Comissão, quando incorporada a parecer;

III – do Prefeito, quando formulada, através de mensagem, a projeto de sua autoria.

Art. 208. Denomina-se subemenda a emenda apresentada a outra emenda.

Art. 209. A emenda será admitida se pertinente à matéria contida na proposição principal.

Art. 210. Substitutivo é a proposição apresentada como sucedânea integral de outra.

Parágrafo único. Ao substitutivo aplicam-se as normas regimentais atinentes à emenda.

Seção IX **Do requerimento**

Subseção I **Disposições gerais**

Art. 211. Os requerimentos escritos ou orais sujeitam-se:

- I – a despacho do Presidente da Câmara;
- II – à deliberação da Comissão;
- III – à deliberação do Plenário.

Art. 212. Poderá ser apresentada emenda ao requerimento antes de anunciada a votação.

Art. 213. Aos requerimentos de que trata o inciso II do artigo 211, deste Regimento, aplicam-se no que couber, os procedimentos dos artigos 214 e 215 deste Regimento.

Subseção II **Dos requerimentos sujeitos a despacho do Presidente**

Art. 214. Será despachado pelo Presidente o requerimento que solicitar:

- I – a palavra ou desistência dela;
- II – permissão para falar assentado;
- III – posse de Vereador;
- IV – retificação de ata;
- V – leitura de matéria de conhecimento do Plenário;
- VI – inserção de declaração de voto em ata;
- VII – observância de disposição regimental;
- VIII – retirada, pelo autor, de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

- IX – verificação de votação;
- X – informação sobre a ordem dos trabalhos ou sobre a ordem do dia;
- XI – preenchimento de lugares vagos nas Comissões;
- XII – leitura de proposição a ser discutida ou votada;
- XIII – anexação de matérias idênticas ou semelhantes;
- XIV – representação da Câmara por meio de Comissão;
- XV – requisição de documentos;
- XVI – inclusão, na ordem do dia, de proposição com parecer de autoria do requerente;
- XVII – votação destacada de emenda ou dispositivo;
- XVIII – convocação de reunião extraordinária nos casos previstos no § 2º do artigo 19, deste Regimento;
- XIX – inserção, nos Anais da Câmara, de documentos e pronunciamentos oficiais;
- XX – prorrogação de prazo para emissão de parecer;
- XXI – convocação de reunião solene;
- XXII – destinação da primeira parte da reunião a homenagem especial;
- XXIII – interrupção da reunião para ser recebida personalidade de relevo;
- XXIV – constituição de Comissão de Inquérito;
- XXVI – constituição de Comissão Especial na hipótese do art. 90, inciso II, deste Regimento;
- XXVII – licença para Vereador, nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 41, deste Regimento;
- XXVIII - exame pelo Plenário, de matéria de competência conclusiva das Comissões.

§ 1º Os requerimentos a que se referem os incisos VIII, XI, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXV, XXVI e XXVII serão escritos.

§ 2º Os requerimentos a que se referem os incisos XVIII, XXI e XXIV serão subscritos por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

§3º- Os demais requerimentos a que se refere este artigo poderão ser orais.

Subseção III **Dos requerimentos sujeitos à deliberação do Plenário**

Art. 215. Será submetido à votação do Plenário requerimento escrito que solicitar:

I – suspensão de reunião sem sinal de regozijo ou pesar;

II – encerramento de reunião;

III – alteração da ordem do dia;

IV – retirada de proposição com parecer favorável;

V – adiamento de discussão;

VI – encerramento de discussão;

VII – votação por determinado processo;

VIII – votação por partes;

IX – adiamento de votação;

X – preferência, na discussão ou votação, de uma proposição sobre outra da mesma espécie;

XI – inclusão na ordem do dia de proposição que não seja de autoria do requerente;

XII – informações às autoridades municipais por intermédio da Mesa da Câmara;

XIII – inserção, nos Anais da Câmara, de documentos e pronunciamentos não oficiais, de relevância para o Município;

XIV – constituição de Comissão Especial na hipótese do inciso III, do artigo 90, deste Regimento;

XV – audiência de Comissão ou reunião conjunta de comissões para emissão de parecer sobre determinada matéria, observado o disposto no parágrafo único do art. 159, deste Regimento;

XVI – deliberação sobre outro assunto qualquer, não especificado expressamente neste Regimento e que não se refira a incidente sobrevindo no curso da discussão ou votação;

XVII – convocação de Auxiliares Diretos do Prefeito;

XVIII – convocação de reunião secreta;

XIX – regime de urgência;

XX – licença de Vereador, na hipótese prevista no inciso III, do artigo 41, deste Regimento.

Capítulo II DA DISCUSSÃO

Seção I Disposições gerais

Art. 216. Discussão é a fase de debate de proposição.

Art. 217. A discussão de proposição será feita no seu todo, inclusive emenda.

Art. 218. Somente será objeto de discussão a proposição constante da ordem do dia.

Seção II Do adiamento da discussão

Art. 219. A discussão poderá ser adiada somente por uma vez, para a reunião seguinte, salvo quanto a projeto sob regime de urgência e veto.

Seção III

Do encerramento da discussão

Art. 220. O encerramento da discussão dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por deliberação do plenário.

Capítulo III

DA VOTAÇÃO

Seção I

Disposições gerais

Art. 221. A votação completa o turno regimental de tramitação.

§ 1º A proposição será colocada em votação, salvo emendas.

§ 2º As emendas serão votadas em grupos conforme tenham parecer favorável ou contrário de todas as Comissões que as tenham examinado, observado o disposto no art. 247, deste Regimento, permitido o destaque.

§ 3º A votação não será interrompida, salvo por falta de *quorum*.

§ 4º Se faltar *quorum* para votação e tiver prosseguimento a discussão das matérias em pauta, o Presidente da Câmara tão logo verifique a existência de *quorum* para votação, solicitará ao Vereador que se encontre na tribuna a interrupção do seu pronunciamento a fim de concluir a votação.

§ 5º Ocorrendo falta de *quorum* durante a votação, será feita a chamada, registrando-se em ata os nomes dos Vereadores ausentes.

Art. 222. A votação das proposições será feita em seu todo, salvo os casos previstos neste Regimento.

Parágrafo único. A votação por partes será requerida antes de anunciada a votação da proposição a que se referir.

Art. 223. A determinação do *quorum* será feita do seguinte modo:

I – o *quorum* da maioria absoluta, em composição ímpar da Câmara, obter-se-á acrescentando-se uma unidade ao número de Vereadores e dividindo-se o resultado por dois;

II – o *quorum* de 1/3 (um terço) obter-se-á:

a) dividindo-se por três o número de Vereadores se este for múltiplo de três;

b) dividindo-se por três, acrescido de uma unidade, o número de Vereadores, se este não for múltiplo de três.

III – o *quorum* de 2/3 (dois terços) obter-se-á multiplicando-se por dois o número de Vereadores, dividindo-se o resultado por três, arredondando-se a fração para a unidade imediatamente superior.

Parágrafo único. Em caso de empate, aplica-se o disposto no art. 72, parágrafo único, deste Regimento.

Art. 224. Salvo disposição em contrário, as deliberações no Plenário serão tomadas por maioria simples de votos, presente mais da metade dos Vereadores.

Art. 225. Tratando-se de assunto em que tenha interesse pessoal, o Vereador fica impedido de votar, computada a sua presença para efeito de *quorum*.

Art. 226. Após a votação pública, o Vereador poderá encaminhar à Mesa declaração de voto.

Seção II

Do processo de votação

Art. 227. São três os processos de votação:

- I – Simbólico;
- II – Nominal;
- III – Escrutínio Secreto.

Art. 228. Adotar-se-á o processo simbólico para todas as votações, salvo requerimento aprovado ou disposição em contrário.

§ 1º Na votação, o Presidente da Câmara solicitará aos Vereadores que ocupem os respectivos lugares no Plenário e convidará a permanecerem assentados os que estiverem a favor da matéria.

§ 2º Não sendo requerida, de imediato, a verificação de votação, o resultado proclamado tornar-se-á o definitivo.

Art. 229. Adotar-se-á a votação nominal, quando o Plenário assim deliberar, a requerimento do Vereador.

§ 1º A votação nominal processar-se-á mediante a chamada dos Vereadores pelo Secretário, os quais responderão “sim” ou “não”, cabendo ao Secretário anotar o voto.

§ 2º Encerrada a votação, o Presidente proclamará o resultado, não admitindo o voto do Vereador que tenha dado entrada no Plenário após a chamada do último nome da lista geral.

Art. 230. Adotar-se-á o voto secreto nos seguintes casos:

- I – eleição e escolha dos membros da Mesa da Câmara
- II – perda de mandato de Vereador;

III – julgamento das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara;
IV – pedido de intervenção do Estado no Município;
V – aprovação de projetos de concessão de título de Cidadania Honorária ou outra honraria;
VI – apreciação de veto a proposição de lei;
VII – suspensão de imunidades constitucionais dos vereadores.

Parágrafo único. Na votação por escrutínio secreto, observar-se-ão, no que couber, as exigências e formalidades enumeradas no art. 7º, deste Regimento.

Art. 231. As proposições acessórias, compreendendo os requerimentos incidentes na tramitação, serão votadas pelo processo aplicável à proposição principal.

Seção III **Da verificação de votação**

Art. 232. O requerimento de verificação de votação é privativo do processo simbólico, podendo ser repetido uma vez.

Art. 233. Para verificação, o Presidente solicitará dos Vereadores que ocupem os respectivos lugares no Plenário e convidará a se levantarem os que tenham votado a favor, repetindo-se o procedimento quanto à apuração dos votos contrários.

Parágrafo único. O Vereador ausente na votação não poderá participar da verificação.

Seção IV

Do adiamento da votação

Art. 234. A votação poderá ser adiada uma vez a requerimento de Vereador, apresentado o requerimento até o momento em que for anunciada.

Parágrafo único. O adiamento, quando concedido, será para a reunião seguinte.

Capítulo IV

DA REDAÇÃO FINAL

Art. 235. Terão redação final a proposta de emenda à Lei Orgânica, o Projeto de Lei, o de Resolução e o de Decreto Legislativo.

§ 1º A Comissão de Legislação, Justiça e Redação, no prazo de dois dias, emitirá parecer, em que dará forma à matéria aprovada, segundo a técnica legislativa, corrigindo eventual vício de linguagem, defeito ou erro material.

§ 2º O projeto sujeito à deliberação conclusiva de Comissão, após aprovado, será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

§ 3º Apresentado o parecer de redação final e após sua distribuição por cópia, será discutido e votado:

I – pelo Plenário;

II – na Comissão que houver deliberado conclusivamente sobre o projeto.

Art. 236. Será admitida, durante a discussão, emenda à redação final, para os fins indicados no § 1º do art. 235, deste Regimento.

Art. 237. A discussão limitar-se-á aos termos da redação e nela somente poderão tomar parte, uma vez e por

até dez minutos, o autor da emenda, o Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação e os Líderes.

Art. 238. Aprovada a redação final, a matéria será enviada no prazo de cinco dias, à sanção, sob a forma de proposição de lei, ou à promulgação, conforme o caso.

Capítulo V DAS PECULIARIDADES DO PROCESSO LEGISLATIVO

Seção I Do regime de urgência

Art. 239. Adotar-se-á regime de urgência para que determinada proposição tenha tramitação abreviada:

I – por solicitação do Prefeito Municipal, para o projeto de sua autoria, nos termos do artigo 189, deste Regimento;

II – a requerimento.

Art. 240. Na tramitação sob regime de urgência, dispensar-se-ão as exigências regimentais, salvo as de parecer e *quorum*.

Art. 241. A discussão de proposição em regime de urgência não ultrapassará duas reuniões consecutivas, contadas de sua inclusão na ordem do dia.

Art. 242. No regime de urgência, os prazos regimentais serão reduzidos à metade, arredondando-se a fração para a unidade imediatamente superior.

Seção II

Da preferência e do destaque

Art. 243. A preferência entre as proposições para discussão e votação, obedecerá a ordem seguinte, que poderá ser alterada por deliberação do Plenário:

- I - proposta de emenda à Lei Orgânica;
- II – projeto de lei do plano plurianual;
- III – projeto de lei de diretrizes orçamentárias;
- IV – projeto de lei de orçamento e de abertura de crédito;
- V – projeto sob regime de urgência;
- VI – veto a matéria devolvida ao reexame do Plenário;
- VII – projeto sobre matéria de economia interna da Câmara;
- VIII – projeto de lei complementar;
- IX – projeto de lei de organização administrativa, estatutária ou equivalente a Código;
- X – projeto de lei ordinária;
- XI – projeto de resolução e de decreto legislativo.

Art. 244. A proposição com discussão encerrada terá preferência para votação.

Art. 245. Não se admitirá preferência de matéria em discussão sobre outra em votação.

Art. 246. Entre proposições de mesma espécie, terá preferência na discussão aquela cuja discussão já tiver sido iniciada

Art. 247. Não estabelecida em requerimento aprovado, a preferência entre emendas será regulada pelas seguintes normas:

I – o substitutivo preferirá à proposição a que se referir e o de Comissão preferirá ao de Vereador;

II – a emenda supressiva e a substitutiva preferirão às demais, inclusive à parte da proposição a que se referirem;

III – a emenda aditiva e a modificativa serão votadas logo após a parte da proposição que visarem alterar;

IV – a emenda de Comissão preferirá a de Vereador.

Parágrafo único. O requerimento de preferência de uma emenda sobre outra será apresentado antes de iniciada a votação da proposição a que referir.

Art. 248. Quando houver mais de um requerimento sujeito a votação, a preferência será estabelecida pela ordem de apresentação.

Art.249. Apresentados simultaneamente requerimentos que tiverem o mesmo objetivo, a preferência será estabelecida em favor do Vereador mais idoso.

Art. 250. A preferência de um projeto sobre outro constante da mesma ordem do dia será requerida antes de iniciada a apreciação da pauta.

Art. 251. O destaque, para votação em separado, de dispositivo ou emenda, será requerido até anunciar-se a votação da proposição.

Art. 252. A alteração da ordem estabelecida nesta Seção não prejudicará as preferências fixadas no § 1º, do art. 59, e no § 7º, do art. 60, da Lei Orgânica Municipal.

Seção III

Da prejudicialidade

Art. 253. Consideram-se prejudicados:

I – a discussão ou a votação de proposição idêntica a outra que tenha sido aprovada ou rejeitada na mesma Sessão Legislativa;

II – a discussão ou a votação de proposição semelhante a outra considerada inconstitucional ou contrária à Lei Orgânica, pelo Plenário;

III – a discussão ou a votação de proposição anexada a outra, quando aprovada ou rejeitada a primeira;

IV – a proposição e as emendas incompatíveis com substitutivo aprovado;

V – a emenda ou a subemenda de matéria idêntica à de outra aprovada ou rejeitada;

VI – a emenda ou a subemenda em sentido contrário ao de outra ou de disposição aprovada;

VII – o requerimento com finalidade idêntica à de outro, aprovado ou rejeitado;

VIII – a emenda ou parte de proposição incompatível com matéria aprovada em votação destacada.

Seção IV

Da retirada de proposição

Art. 254. A retirada de proposição será requerida pelo autor, antes de anunciada a sua discussão ou votação.

Parágrafo único. Se requerida após anunciada a sua discussão ou votação, dependerá da deliberação do Plenário.

TITULO VII DAS REGRAS GERAIS DE PRAZO

Art. 255. Ao Presidente da Câmara e ao de Comissão compete fiscalizar o cumprimento dos prazos.

Art. 256. No processo legislativo, os prazos são fixados:

I – por mês;

II – por dia;

III – por hora.

§ 1º Os prazos indicados neste artigo contam-se:

I – de data a data, no caso do inciso I;

II – excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, no caso do inciso II;

III – de minuto a minuto, no caso do inciso III.

§ 2º Os prazos cujo termo inicial ou final coincida com sábado, domingo ou feriado têm seu começo ou término prorrogado para o primeiro dia útil.

Art. 257. Os prazos são contínuos e não correm no recesso.

Art. 258. Os pedidos de informação, assim consideradas as diligências, não suspendem os prazos.

TITULO IX DA POSSE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Art. 259. Declarada instalada a legislatura, na forma deste Regimento, o Presidente da Câmara, em sessão solene, dará posse ao Prefeito e Vice-Prefeito Municipal.

Art. 260. Aberta a reunião solene para a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara designará Comissão de Vereadores para recebê-los e introduzi-los no Plenário.

Art. 261. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão assento à direita do Presidente da Câmara.

Art. 262. Prestado o compromisso previsto no art. 72 da Lei Orgânica, o Presidente da Câmara declarará empossado o Prefeito e o Vice-prefeito do Município, lavrando-se termo em livro próprio.

Art. 263. Vagando o cargo de Prefeito e de Vice-Prefeito do Município, ou ocorrendo o impedimento destes, à posse de seu substituto aplica-se o disposto nos artigos anteriores.

TITULO X DO COMPARECIMENTO DE AUTORIDADE

Art. 264. O Presidente da Câmara convocará reunião especial para ouvir o Prefeito Municipal, quando este manifestar o propósito de expor assunto de interesse público.

Art. 265. A convocação de Secretários, Auxiliares Diretos do Prefeito e dirigentes de entidade da Administração Indireta para comparecerem ao Plenário da Câmara, ou a qualquer de suas comissões, a eles será comunicada, por ofício, com indicação do assunto a ser tratado e da data designada para o seu comparecimento.

§ 1º Se não puder atender à convocação, o convocado apresentará justificção, no prazo de três dias, e proporá nova data e hora de seu comparecimento.

§ 2º O não comparecimento injustificado das pessoas de que trata este artigo, constitui crime de responsabilidade, nos termos da legislação federal.

Art. 266. Os Secretários Municipais, Auxiliares Diretos do Prefeito e os dirigentes de entidades da Administração Indireta poderão solicitar à Câmara ou alguma de suas comissões que designe data para seu comparecimento, a fim de expor assunto de relevância de sua área.

Art. 267. Enquanto na Câmara, os Secretários Municipais, Auxiliares Diretos do Prefeito e os dirigentes de entidades da Administração Indireta, ficam sujeitos às normas regimentais que regulam os debates e as questões de ordem.

TITULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 268. É vedada a cessão do Plenário para atividade não prevista neste Regimento, exceto quanto à realização de convenções municipais e outros eventos promovidos por partidos políticos e entidades da sociedade civil ou reuniões de natureza administrativa dos poderes públicos, sem prejuízo da atividade legislativa.

Art. 269. Os serviços administrativos da Câmara serão executados pela sua Secretaria Geral e reger-se-ão por regulamento próprio.

Art. 270. Nos casos omissos, o Presidente da Câmara aplicará o regimento interno da Assembléia Legislativa do

Estado de Minas Gerais e, subsidiariamente, as praxes parlamentares.

Art. 271. Os atuais membros de Comissão comporão as Comissões de que trata este Regimento, observadas as respectivas atribuições, até a indicação de novos membros, nos termos deste Regimento.

Art. 272. A tramitação dos projetos recebidos em data anterior à do início da vigência desta Resolução não se sujeitará às normas deste Regimento.

Art. 273. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 29 de setembro de 2005.

Ricardo Antunes de Souza
Presidente

Carmélio Divino de Moura
Vice-Presidente

Adão Santana Alves
Secretário

Ari Pires Alves
Carlos Moreira da Silva
Islande Alves Vilela Duarte
Manoel Aristeu Fátima Souza
Milton de Souza Arcanjo
Sebastião dos Santos Barbosa